5.3 Iniciativas conduzidas pelo Departamento de Informática da Comarca de Fortaleza

O Departamento de Informática da Comarca de Fortaleza é responsável por dar suporte tecnológico às unidades vinculadas ao Fórum Clóvis Beviláqua e aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza.

Dentre as ações realizadas ao longo do ano de 2015, pode-se destacar:

Quadro 1 - Ações Realizadas pelo Departamento de Informática em 2015

Ações Realizadas
Evolução do Projeto de Digitalização
Implantação da intimação eletrônica para membros do Ministério Público e Defensoria Pública
Implementação de melhorias no Programa SAD (Sistema de Auxílio à Digitalização)
Melhoria e inclusão de novos indicadores no BI – BIG
Configuração do Sistema SAJ para possibilitar a instalação das 2 Secretarias Judiciárias da Família e da Secretaria Judiciária da Execução Penal
Configuração do Sistema SAJ para atender às diversas solicitações feitas pela Diretoria do Fórum e demais departamentos
Suporte aos diversos mutirões promovidos pela Central de Conciliação
Suporte ao Mutirão de Execução Fiscal realizado pelo Estado no Centro de Convenções
Implementação de ferramenta de pesquisa sobre limpeza no FCB
Ações com a Softplan para melhoria do tempo de resposta das solicitações
Apoio à atividade de redistribuição de processos da competência Criminal (acervo da 17 Criminal)
Configuração do sistema SAJ para suportar as Audiências de Custódia
Criação e disponibilização de nova competência (Custódia) no portal eSaj para o Primeiro Grau
Suporte à Comarca de Maracanaú
Expansão das funcionalidades do *WebService* (peticionamento inicial/intermediário) para o convênio da PGM
Participação efetiva nas reuniões da CPGD (Comissão Permanente de Gestão Documental) e direcionamento de esforços para atender às demandas oriundas desta seara
Criação da Sala de Digitalização de Recursos para atender à portaria da SEJUD

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

5.3.1 Expansão da ferramenta de Business Inteligence - BIG

i. Objetivo: adicionar novos indicadores à ferramenta de forma a embasar a gerência das unidades do Fórum Clóvis Beviláqua.

ii. Entregas previstas:

- 4 indicadores estratégicos do FCB sobre taxa de congestionamento;
- 1 indicador sobre percentual de processos físicos na comarca;
- 20 indicadores diversos a serem definidos pela diretoria.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias e administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua, Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

iv. Progressos: entrega para validação, por parte da Diretoria do FCB, dos 4 indicadores estratégicos.

v. Fase atual: realização de mapeamento dos indicadores necessários a cada unidade.

5.3.2 Projeto de digitalização de processos

i. Objetivo: realizar a digitalização dos processos físicos das varas cíveis da Comarca de Fortaleza e eventuais digitalizações residuais de outras competências, possibilitando a otimização de recursos humanos e materiais, melhoria nas condições de trabalho e utilização de espaço físico e todas as demais vantagens inerentes ao processo eletrônico.

ii. Entregas previstas: acervo processual das varas cíveis digitalizados até janeiro de 2017.

iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, Varas Cíveis, Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

iv. Progressos: digitalização de processos de 08 unidades judiciárias em 2015.

v. Fase atual: digitalizando o acervo da 21ª Vara Cível.

5.3.3 Implantação do SAJ em Maracanaú

i. Objetivo: implantação do Processo eletrônico na comarca de Maracanaú.

ii. Entregas previstas: Saj implantado nas 7 unidades judiciais da justiça comum; Distribuição automática para todas as competências cíveis.

iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum de Maracanaú;

iv. Progressos: sistema Implantado em Maracanaú; Peticionamento eletrônico obrigatório; Realização de 50 (cinquenta) treinamentos.

v. Fase atual: transição entre Implantação e Operação.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

5.3.4 Implantação do módulo de certidões do sistema SAJ-PG

O Departamento de Atividades Judiciais, em conjunto com o Departamento de Informática do Fórum, tem trabalhado no projeto de implantação do Módulo de Certidões do Sistema SAJ-PG, o qual permitirá a expedição automática das certidões, conferindo mais agilidade e segurança ao trabalho dos pesquisadores. Atualmente, o projeto está em fase de configuração dos modelos de documentos. Uma vez implantado, o referido sistema poderá substituir o atual Sistema de Emissão de Certidões *On-line*, com uma ampla oferta de ferramentas de acessibilidade ao público.

6. OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

6.1 Secretarias judiciárias de 1º grau de jurisdição da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais

A criação de secretarias únicas especializadas está relacionada com a otimização e padronização dos procedimentos judiciais, visando promover maior celeridade, produtividade e efetividade da prestação jurisdicional.

O objetivo desta nova unidade é concentrar os serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças, como a produção de mandados, ofícios, cartas, publicações para o Diário da Justiça, entre outros.

Com o modelo unificado, os magistrados contarão apenas com seu gabinete e uma sala de apoio, destinada à sua equipe de assessoria, formada por um diretor, um analista judiciário, outros dois servidores e dois estagiários.

A Lei nº 15.833/15, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, criou 04 Secretarias Judiciárias de 1º Grau, sendo 01 de vara da Fazenda Pública, que anteriormente funcionava como um projeto piloto, 02 de varas da Família e 01 de vara de Execuções Penais.

Dentre os progressos já obtidos em 2015, destaca-se a criação dos Cargos de Supervisor e Coordenador de Secretaria Judiciária de 1º Grau realizada em agosto de 2015; a adequação da estrutura física para instalação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau, realizada em outubro de 2015;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

a adequação dos fluxos de trabalho do SAJ para as Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizada em outubro de 2015; o treinamento dos servidores das Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizado em outubro e novembro de 2015; e a instalação de equipamentos (computadores, mesas, armários) das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro e novembro de 2015.

6.2 Criação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza

Por meio da Resolução nº 14/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça foi instituída no Fórum Clóvis Beviláqua a Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza, visando atender à iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva apresentar presos em flagrante a um juiz, no menor tempo possível. Contando com quatro juízes divididos em quatro salas, a Vara realiza uma média de 40 audiências por dia, que acontecem no período da tarde, sendo que, em 03 meses de funcionamento, 1.360 audiências de custódia já haviam sido realizadas.

6.3 Gestão por Processos

Com vistas a implantar a Gestão por Processos no TJCE, a Secretaria de Planejamento e Gestão realizou ações referentes à metodologia, à execução e ao fomento da cultura de redesenho de processos de trabalho, a saber:

6.3.1 Aprimoramento da Metodologia de Gestão por Processos

Criada em 2014, a metodologia foi aplicada nos Projetos de Redesenho conduzidos pela Seplag em 2015. As lições aprendidas durante o primeiro ano de aplicação subsidiarão ajustes para publicação em 2016.

6.3.2 Implantação da Rede de Analistas de Processos

Considerando a demanda expressiva para redesenho de processos no Poder Judiciário e

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

objetivando multiplicar sua capacidade de execução de projetos para este fim, a Seplag realizou, em agosto de 2015, treinamento para "Formação Básica de Analistas de Processos", com base na metodologia supracitada, contemplando 32 servidores de 12 unidades do TJCE, incluindo o Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). O treinamento em pauta marcou a implantação da Rede de Analistas de Processos do TJCE apta a realizar, paralelamente, sob orientação e acompanhamento da Seplag, redesenhos nas diversas áreas desta Corte, possibilitando assim que o TJCE obtenha um crescimento homogêneo da eficiência dos seus processos de trabalho.

6.3.3 Estabelecimento de Sistemática de Gestão por Processos

Após criar metodologia própria, assim como implantar a Rede de Analistas de Processos, a Seplag iniciou redesenhos de processos de trabalho por meio da referida Rede, conduzindo sessões de acompanhamento a cada etapa cumprida, conforme a metodologia, tendo realizado 28 sessões em 2015.

No âmbito das ações para implantação da Gestão por Processos, foi consolidada uma lista de processos priorizados pelas unidades do TJCE e ajustada pela Rede e realizado alinhamento destes processos com o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Após a primeira rodada de redesenhos realizados por meio da Rede, será possível iniciar ações de monitoramento e comunicação estratégica do andamento dos processos redesenhados. Para as comunicações pertinentes a processos, foi criado *e-mail* corporativo e para armazenamento de orientações metodológicas, modelos de documentos e outros itens pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos foi criado local específico na Central do Conhecimento da *intranet* do TJCE.

6.4 Modelagem de Procedimentos Referentes a Unidades e Projetos

Durante o ano de 2015, foram realizados, sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão, as seguintes ações de modelagem de procedimentos:

i. **Programa de Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra)**: atendendo à solicitação do Grupo de Trabalho Interdisciplinar do Programa Integra (Portaria nº 1169/2015), a Seplag coordenou a elaboração do Manual de Orientação do referido

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Programa, com o propósito de apresentar informações sistematizadas e elementos necessários para orientar gestores, colaboradores e equipes interdisciplinares e técnicas que compõem o Integra. Ainda no âmbito do Integra, por meio do Projeto Estratégico PJSEPLAG2015002 - Transformação de processos estratégicos, foi redesenhado o Processo "Realizar Comunicações/Solicitações Prisionais", possibilitando agilidade e segurança na troca de informações entre TJCE e Secretaria de Justiça.

ii. **Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM)**: com vistas a organizar e dar agilidade aos trabalhos no JVDFM, notadamente na redução do congestionamento de processos, a Seplag elaborou Diagnóstico Organizacional no órgão, elaborou um Manual de Atribuições e iniciou o redesenho do processo de trabalho "Decidir sobre Medidas Protetivas".

iii. **Baixa Processual:** com o intuito de colaborar para a redução da taxa de congestionamento, a Seplag elaborou Fluxos e Manuais, contemplando as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no que tange às movimentações processuais. De forma a ficar acessível a todos os envolvidos, o material produzido foi divulgado na Central do Conhecimento, no portfólio Estatísticas, e é composto de manuais e fluxos dos sistemas: SPROC (1° grau e Juizados Especiais); SAJPG; PROJUDI/PJe (Juizados Especiais); SAJSG e PJe, PROJUDI; SPROC e SAJPG (Turmas Recursais).

iv. **Assessoria de Precatórios:** de forma a documentar procedimentos e dar agilidade aos trabalhos da Assessoria de Precatórios (Asprec), a Seplag elaborou um Manual de Atribuições e iniciou, em 2015, para conclusão em 2016, o redesenho dos seguintes processos: Pagamento de Requisição de Pequeno Valor; Pagamento de Precatórios; Administração de Regime Especial; Sequestro de Regime Especial; Pagamento Prioritário; e Agravo Regimental.

6.5 Regulamentação da nova estrutura organizacional do TJCE

Haja vista a publicação da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, que alterou a organização administrativa do Poder Judiciário Estadual cearense, foram elaboradas, sob

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão, 13 minutas de Resolução, conforme diretrizes da Presidência e em alinhamento com as respectivas áreas, definindo as atribuições das unidades do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua. Foram elaborados, também, os respectivos organogramas, conforme organização da Lei em pauta.

6.6 Realização de estudos para reestruturação de unidades

Em atendimento às demandas de criação de unidades judiciárias e extrajudiciárias, bem como elevações de comarcas, foram realizados, pela Secretaria de Planejamento e Gestão, estudos e pareceres envolvendo:

i. elevação das Comarcas de Campo Sales, Cascavel, Crato, Iguatu e Horizonte;
ii. criação de serventias extrajudiciais nas Comarcas de Barbalha, Itaitinga e Maracanaú;
iii. criação da Coman na Comarca de Pacatuba.

6.7 Disseminação de Metodologias de Gestão

A fim de subsidiar e otimizar a execução das atividades dos gestores e servidores deste Poder, a Secretaria de Planejamento e Gestão elaborou e disponibilizou, na *intranet* do TJCE (Central do Conhecimento), a Cartilha de Técnicas e Ferramentas de Gestão, contendo instrumentos ágeis e de fácil aplicação.

6.8 Regulamentação da Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal

A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), em parceria com setores do Fórum Clóvis Beviláqua, coordenou o Projeto de Implantação da Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal, disciplinado pela Resolução nº 11/2015, do Órgão Especial, a qual, definiu critérios para armazenamento e destinação de bens apreendidos em processo criminal no Poder Judiciário Estadual cearense.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

6.9 Aprimoramento de Procedimentos de Tecnologia da Informação

Na gestão atual, entre os aprimoramentos de procedimentos internos, a Setin implantou a versão 2.0 do Processo de Desenvolvimento de *Software* do TJCE, com o intuito de melhorar cada vez mais a qualidade do *software* disponibilizado aos seus usuários. Além disso, a Setin também iniciou a estruturação da gestão de demandas para padronizar a abertura, a priorização e a execução de demandas, promovendo uma maior transparência e monitoramento pela área demandante.

No sentido de mapear e otimizar seus procedimentos, a Setin iniciou a modelagem e a automatização dos diversos processos que constituem as atividades e serviços da TI, a saber:

i. Processos modelados e em fase de automatização:
   - Planejar Contratações
   - Analisar e Modelar Processos.

ii. Processos em fase de modelagem:
   - Catálogo de Serviço
   - Gestão de Liberação
   - Gestão de Mudança
   - Gestão de Demanda
   - Aprimorar Processo.

Ainda em 2015, a Setin foi contemplada com o 1° lugar no prêmio de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário, com a implantação do Portal de Acompanhamento dos Indicadores da GAM.

6.10 Mapeamento e Manualização das Atividades Relacionadas à Gestão de Materiais

No intuito de proporcionar maior padronização das atividades desenvolvidas no Departamento de Suprimentos e Logística da Secretaria de Administração, estão sendo mapeadas e manualizadas todas as atividades relacionadas à gestão de materiais no âmbito do TJCE. O referido instrumento irá orientar e disciplinar a Política de Gestão dos Materiais de Consumo e Permanentes no âmbito do TJCE.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

6.11 Programa de Gestão Documental - Proged

Por meio da Resolução nº 04/2015, do Órgão Especial do TJCE, foi instituído o Programa de Gestão Documental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, que estabeleceu medidas para a melhoria na gestão documental no Judiciário cearense. Em decorrência do Proged, foi ainda instituída, por meio da Portaria nº 956/2015, a Comissão Permanente de Avaliação Documental do Poder Judiciário cearense – CPAD, com finalidade de desenvolver os instrumentos de gestão arquivística previstos na legislação, sob a coordenação do Departamento Editorial e Gráfico.

Desde que a CPAD foi constituída, foram realizadas doze reuniões ordinárias, que culminaram na aprovação e entrega do Manual de Gestão Documental, do Plano de Classificação de Documentos e das Tabelas de Temporalidade de Documentos Administrativos e Judiciais do Poder Judiciário à Presidente do TJCE, no dia 04 de novembro de 2015. Após análise e considerações por parte da Presidência da corte, a legislação será encaminhada para apreciação do Órgão Especial.

Após a aprovação dos instrumentos do PROGED, serão realizadas diversas ações relativas à gestão documental no âmbito do Poder Judiciário, dentre as quais destaca-se:

i. inventário, classificação, recadastramento e triagem do acervo documental dos arquivos do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua, segundo os critérios definidos pelo PROGED;
ii. formatação e realização de curso visando à capacitação de servidores das comarcas do estado nas ferramentas de gestão documental;
iii. elaboração dos Editais de Descarte de Documentos e doação dos resíduos às instituições conveniadas ao TJCE.

O Projeto foi coordenado pela Desembargadora Fátima Loureiro, que preside a Comissão Permanente de Avaliação Documental, com participação da Seplag, do Departamento Editorial e Gráfico, da Secretaria Judiciária e do Fórum Clóvis Beviláqua, por meio de Magistrados e servidores.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

6.12 Otimização dos Serviços Editoriais e Gráficos

No sentido de buscar a otimização e constância na prestação dos serviços de cálculo e orçamento dos editais pagos, a Divisão Editorial e Gráfica estimulou o treinamento e compartilhamento dos conhecimentos pertinentes à atividade dos servidores da área administrativa. Como resultado, a divisão conseguiu reduzir o tempo de resposta às solicitações dos orçamentos relativos à publicação de editais pagos no Diário da Justiça Eletrônico.

Na área de produção, o setor aumentou a segurança e confiabilidade dos seus serviços, com o aperfeiçoamento de sua "Ordem de Produção", documento que contém todas as informações pertinentes e necessárias à execução do serviço, o qual é executado somente após a geração desse documento, possibilitando o controle efetivo dos serviços expedidos.

Outro avanço foi o desenvolvimento do Manual de Procedimentos, que tornou possível distinguir e padronizar os diferentes postos de trabalho dentro do setor, viabilizando o sistema de rodízio semanal entre os profissionais. O trabalho passou a ser mais dinâmico, pois com a aprovação do manual, aumentou o grau de responsabilidade de cada colaborador em seu posto de trabalho, reduzindo a monotonia e incentivando o desenvolvimento de diferentes habilidades e troca de experiências entre os servidores.

6.13 Peticionamento Obrigatório no 2º Grau (Portaria nº 510/2015)

Como forma de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, além de benefícios ao meio ambiente, foi disciplinada, por meio da Portaria nº 510/2015, a obrigatoriedade de peticionamento exclusivamente eletrônico. O novo procedimento, de iniciativa da Secretaria Judiciária, encontra-se vigente desde o mês de março de 2015.

6.14 Devolução à Origem de Apelações Físicas Digitalizadas

Também com o intuito de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, a Secretaria Judiciária passou a adotar o procedimento de devolver os cadernos físicos, tão logo que digitalizados, às comarcas

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

não virtualizadas, que deverão mantê-los em guarda até trânsito em julgado. O procedimento foi regulamentado pela Resolução nº 05/15.

6.15 Automação no Sistema SAJSG dos Trabalhos dos Oficias de Justiça

Por meio deste projeto os oficiais de justiça atuantes no segundo grau passaram a receber e devolver, pelo sistema SAJSG, os mandados e ofícios de diligências, conferindo, assim, maior racionalização e consequente celeridade processual.

6.16 Reestruturação da Equipe de Precatórios da SEJUD

Redesenho dos procedimentos de cadastramento de precatórios, de maneira a fazer com que os próprios gabinetes promovessem a correção e atualização dos cadastros dos ofícios requisitórios, por meio do sistema SAPRE. A utilização do sistema foi objeto de capacitação, promovida pela Secretaria Judiciária, destinada aos usuários dos gabinetes.

6.17 Painel de Informações Protocolo/Distribuição

Instalação, no *hall* de entrada do Protocolo, de painel eletrônico informativo que apresenta, em tempo real, o quantitativo de processos protocolados e distribuídos, por período diário, semanal e mensal, com o intuito de promover transparência aos trabalhos daqueles setores, além de servir como instrumento de gestão.

6.18 Consulta Jurisprudencial – Base de Julgados

Foi promovida a correção e o aprimoramento da ferramenta do sistema SAJSG, que permitiu a consolidação e a busca do inteiro teor das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, oferecendo aos assessores, magistrados e operadores do direito informações essenciais à fundamentação das decisões e à instrução processual.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

6.19 Análise, Racionalização e Manualização de Processos da Secretaria Judiciária

O projeto visa atender aos objetivos estratégicos de promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional, otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos, bem como aprimorar a governança judiciária e o atendimento e o acesso do cidadão à justiça, integrantes do Planejamento Estratégico 2015/2020.

Sob execução da Secretaria Judiciária e da Secretaria Especial de Planejamento, o projeto encontra-se em fase de realização, com 52% das entregas cumpridas.

Foram concluídas a análise, a racionalização e a manualização dos processos atinentes ao Departamento Judicial de Apoio (Serviço de Digitalização, Cadastro e Protocolo e Divisão de Cálculos) e Departamento de Distribuição (cadastro e autuação, estudo de prevenção, distribuição e redistribuição) – o processo de retificação de autuação e tramitação encontra-se em andamento. As demais entregas – Departamento Cível, Penal e Gabinete da Secretaria estão sendo realizadas, com previsão de entrega até o final de 2016.

6.20 Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões *On-line*

Alinhado aos objetivos estratégicos de aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à justiça, promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional, bem como otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos, integrantes do Planejamento Estratégico 2015/2020, a Secretaria Judiciária tem patrocinado o projeto Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões *On-line*, o qual encontra-se em fase de planejamento.

O projeto contempla como entregas a celebração de convênio de integração de base de dados com a Secretaria da Receita Federal e a disponibilização de ferramenta na *internet* para emissão de certidões criminais.

6.21 Sistema de Cadastro de Peritos

Em atendimento ao indicador estratégico nº 4 – Quantidade de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão, contido no Planejamento Estratégico 2015-20120, que tem a Secretaria Judiciária como gestora, foi elaborado e disponibilizado o sistema de cadastro de peritos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

pela *internet*, além da publicação dos termos de homologação dos respectivos credenciamentos.

6.22 Normatização dos Atos Produzidos pela Assessoria de Precatórios

Tendo como objetivo o aprimoramento da tramitação, gestão e supervisão dos processos de precatórios e requisições de pequeno valor no âmbito deste Tribunal de Justiça, foram delegados ao Juiz Auxiliar da Presidência, nos moldes da Portaria nº 198/2015, a prática de todos os atos administrativos inerentes à tramitação de processos de precatórios e requisições de pequeno valor, com espeque na Recomendação nº 39/2012 do Conselho Nacional de Justiça. Ficam também delegadas a gestão, controle e acompanhamento das contas especiais; o uso, quando necessário, da ferramenta BACENJUD; a inserção e atualização de informações necessárias ao uso do CEDIN - Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes, criado pelo CNJ; a comunicação e a prática de atos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado junto à Secretaria do Tesouro Nacional, relativamente ao pagamento de precatórios.

Pontue-se, por oportuno, que os atos de transferência de recursos públicos a título de pagamento ou repasse de valores a credores, beneficiários, entes devedores ou Tribunais, e a prolação de decisões que acarretem sequestro ou retenções de verbas públicas inerentes à tramitação de processos de precatórios são de competência exclusiva da Presidência do TJCE.

A Portaria nº 198/2015 inovou ao delegar ao Assessor-chefe da Assessoria de Precatórios a prática de atos de mero expediente, sem conteúdo decisório, assinando mandados de intimação, ofícios e cartas, possibilitando, destarte, maior celeridade no trâmite de feitos sob sua competência administrativa.

A Portaria nº 361/2015 fixou critérios para a formação e publicação das listas de credores prioritários de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, nos moldes insculpidos no art. 100, § 2º, da Constituição Federal, considerando a necessidade de estabelecer prazos, procedimentos e rotinas até então não enquadrados quando de suas apresentações à Assessoria de Precatórios.

Ressalte-se, ademais, como marca pioneira nas posições adotadas na atual gestão, a instituição do Selo de Responsabilidade Judiciária, consoante explicitado na Resolução nº 03/2015 do Órgão Especial do TJCE, que atesta, com ampla publicidade, a boa conduta administrativa dos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

entes públicos devedores que, no exercício anterior, tiverem tempestiva e voluntariamente liquidado suas obrigações judiciais atinentes a precatórios.

Convém salientar, por fim, os esclarecimentos prestados no Relatório de Inspeção nº 0000418-40.2015.2.00.0000, à Corregedoria Nacional de Justiça, embasados nos pareceres constantes no Processo Administrativo nº 8505505-09.2015.8.06.0000, no sentido de que todas as ações, no pagamento de precatórios, pugnam pelo zelo e responsabilidade: acompanhamento da jusrisprudência dominante nos Tribunais Superiores a respeito de incidência de juros compensatórios nos processos de desapropriação; inexistência de anatocismo nos processos indicados no expediente respectivo; prestação de informações ao respeitável Órgão Correicional sobre a existência e o pleno funcionamento do portal eletrônico da Assessoria de Precatórios (http://portais.tjce.jus.br/precatorios/), comprometendo-se a atual administração do TJCE em cumprir o pagamento de requisitórios, resguardadas as diligências porventura ainda não efetivadas nos feitos sob a égide desta assessoria, propiciando, nos casos em tablado, o provisionamento de valores em contas abertas em nome dos credores ou beneficiários respectivos.

6.23 Projeto Garantia da Efetividade das Audiências – Fórum Clóvis Beviláqua

i. Objetivo: diagnosticar e otimizar o processo de marcação, realização e conclusão de audiências.
ii. Entregas previstas: diagnóstico dos motivos da não realização das audiências; redesenho do processo e manualização; otimização do uso das salas de audiência; implantação do sistema de controle de reserva de salas de audiência; e implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas.
iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua, Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
iv. Progressos: implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas.
v. Fase atual: realização de diagnóstico dos motivos da não realização das audiências.

6.24 Projeto Melhoria nas Rotinas de Emissão de Certidões – Fórum Clóvis Beviláqua

Durante o ano de 2015, a Seção de Certidões do Departamento de Atividades Judiciais

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

do Fórum Clóvis Beviláqua passou por profundas alterações em suas rotinas de trabalho, as quais permitiram a redução do prazo de entrega dos documentos, que chegava a 48 horas, para 2 horas, em média.

Tais alterações incluíram a capacitação e unificação das equipes de pesquisa, as quais passaram a atender a todos os pedidos de certidões cíveis e criminais, aumentando a capacidade de atendimento do setor. Além disso, foram feitas a revisão e padronização de todos os modelos de documentos expedidos, que passaram a ser armazenados em repositório acessível em rede. A criação de planilhas eletrônicas de controle permitiu o acompanhamento de cada solicitação, desde o recebimento até a entrega da certidão requerida, o que reduziu o extravio de documentos, além de tornar mais célere o processamento dos pedidos. Por fim, foi implementado o controle de conformidade, pelo qual as certidões são revisadas, uma a uma, reduzindo drasticamente a ocorrência de erros de digitação, e consequentemente, o retrabalho e a inutilização de selos de autenticidade.

6.25 Reestruturação das Turmas Recursais

A Resolução nº 5 do TJCE, de 14 de maio de 2015, alterou a composição das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Turma recursal Fazendária. Com a alteração, passou-se de 07 para 04 Turmas e cada uma passou a contar com três membros titulares e dois suplentes. A resolução determina ainda que as reuniões ordinárias deverão ocorrer às segundas-feiras (3ª Turma), às quartas-feiras (2ª e Turma Recursal Fazendária) e às sextas-feiras (1ª Turma).

7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

7.1 Projetos e Ações de Infraestrutura

7.1.1 Projetos

Tabela 23: Projetos Estratégicos

Nome do Projeto	Informações
Construção do Novo Fórum de Santa Quitéria	- Concluídos os projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em fase de elaboração com previsão de conclusão em 15 de dezembro de 2015.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Implantação de nova Comunicação Visual no Fórum de Santa Quitéria (nome oficial do Projeto: Implantação de Comunicação Visual)	- Concluído o manual de sinalização. - Orçamento e projeto básico em fase de elaboração com previsão de conclusão em 15 de dezembro de 2015.
Adequação às normas de acessibilidade física dos edifícios do Judiciário cearense conforme estabelecido no indicador 3 do Planejamento Estratégico 2015-2020	- Concluído o diagnóstico das unidades judiciárias e estabelecida a definição de prioridades. - Previsão no plano de obras de adequação de acessibilidade em 20 fóruns do interior do estado em 2016. - Cronograma de obras e projetos em elaboração.

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Tabela 24: Projetos Setoriais

Nome do Projeto	Informações
Recuperação da Fachada do Fórum de Sobral	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura, complementares, orçamento e projeto básico. - Licitação prevista para ocorrer em 17 de novembro de 2015
Substituição de elevador – FCB	- Concluídas as etapas de orçamento e Termo de Referência. - Termo de referência em análise pela Comissão de Licitação.
Reforma civil do poço do elevador – FCB	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura, complementares, orçamento e termo de referência. - Termo de referência em análise pela Comissão de Licitação.
Substituição de grades e portões do Fórum das Turmas Recursais	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura, complementares, orçamento e termo de referência. - Termo de referência em análise pela Comissão de Licitação.
Reforma da sala de provas bélicas – FCB	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura, complementares, orçamento e termo de referência. - Termo de referência em análise pela Comissão Permanente de Segurança.
Climatização e exaustão da sala de provas bélicas	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura, complementares e orçamento. - Termo de referência em elaboração com previsão de conclusão em 30 de novembro de 2015.
Complementação da obra de reforma e ampliação da CGJ	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de conclusão em 20 de novembro de 2015.
Substituição da esquadria da entrada principal – ESMEC	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de conclusão em 20 de novembro de 2015.
Construção de novo fórum – Senador Pompeu	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de conclusão em 30 de novembro de 2015.
Construção de novo fórum – Russas	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de conclusão em 30 de novembro de 2015.
Construção de novo fórum – Várzea Alegre	- Concluídas as etapas referentes a projetos de arquitetura e complementares. - Orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

	conclusão em 30 de novembro de 2015.
Construção de novo fórum – Milagres	- Concluída a etapa referente a projetos de arquitetura. - Atualização dos projetos complementares, orçamento e projeto básico em elaboração com previsão de conclusão em 15 de dezembro de 2015.
Execução do projeto de segurança do FCB	- Projetos de combate a incêndio e pânico em elaboração para atendimento das normas técnicas atuais do corpo de bombeiros com previsão de conclusão em 15 de dezembro de 2015.

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.2 Ações

As principais ações desenvolvidas pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura da Secretaria de Infraestrutura durante o ano de 2015, tendo como instrumentos norteadores o Plano Estratégico 2010-2015 do Poder Judiciário cearense, as Resoluções nº 114 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 12/2011 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), foram:

i. desenvolvimento de projetos de novos fóruns e reformas para o Judiciário cearense;
ii. elaboração de *layouts* internos, pareceres e análises técnicas;
iii. desenvolvimento do Plano de Obras 2016-2020;
iv. alteração da Resolução nº 12/2011, para melhor se adequar às orientações da Resolução nº 114 do CNJ.

7.1.3 Construção do Fórum de Itapipoca

Em 2015 foi concluída a obra do novo fórum da comarca de Itapipoca, realizada por meio do contrato nº 35/2014, oriundo da Concorrência Pública nº 04/2014. A construção do novo Fórum seguiu a orientação do Conselho Nacional de Justiça que versa sobre a retirada dos Fóruns dos prédios das agências bancárias. Seguem imagens do novo edifício:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Figura 1 - Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Figura 2 - Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Figura 3 - Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Figura 4 - Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Figura 5 – Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Figura 6 – Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Figura 7 – Fórum de Itapipoca

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.4 Avaliação Física dos Imóveis

No exercício de 2015, foi realizada a avaliação física dos fóruns e juizados especiais, conforme levantamento desenvolvido em campo pelos Fiscais do Departamento de Engenharia e Arquitetura. Com o resultado do levantamento, obteve-se o índice de avaliação dos fóruns e juizados especiais (maior valor representa maior criticidade), o qual subsidiou a formulação do Plano de Obras 2016-2020, juntamente com os demais critérios de priorização de obras e reformas, a saber:

i. Lei nº 14.407 (criação de varas e comarcas desvinculadas);
ii. determinação do CNJ para retirada de fóruns de prédios onde funcionem a agência bancária;
iii. volume de processos existentes;
iv. terreno disponível para nova construção;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

v. existência de projetos iniciados.

7.2 Implantação das Salas de Audiência das Varas Cíveis do Fórum Clóvis Beviláqua

Foi iniciada a instalação das novas salas de audiência das Varas Cíveis de Fortaleza. Ao todo, serão instaladas 19 salas de audiências para atender as 39 Varas Cíveis da Capital. Inicialmente, foram implementadas dez salas que serão compartilhadas entre 20 unidades (10ª, 11ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 24ª, 26ª, 27ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª e 39ª). As demais varas só serão contempladas quando estiverem com a digitalização dos processos finalizada.

Pelo modelo anterior as audiências eram realizadas nas Secretarias das unidades judiciárias. A mudança de local traz maior privacidade às partes, pois os magistrados poderão trabalhar com mais tranquilidade, e desafoga as Secretarias das varas, que agora ficarão restritas apenas à produção jurídica.

7.3 Reforma para adequação do acesso à Seção de Certidões

A Seção de Certidões do Fórum Clóvis Beviláqua, vinculada ao Departamento de Atividades Judiciárias, passou por uma reforma estrutural, com a alteração da porta de acesso ao público, o que permitiu a readequação do fluxo de usuários do setor.

Atualmente o usuário que se dirige à Seção de Certidões não necessita mais realizar o seu cadastro para entrar no Fórum, pois o acesso à sala é independente, o que levou a uma redução de cerca de 400 pessoas por dia para realizar o cadastro de acesso e a redução do tempo de espera para solicitar uma certidão.

7.4 Manutenção e Zeladoria

7.4.1 Levantamento e avaliação dos serviços de limpeza e conservação

Para a efetivação dos serviços de manutenção e zeladoria dos prédios do Poder Judiciário cearense, foi iniciado levantamento minucioso sobre o quantitativo dos auxiliares de serviços gerais, suas rotinas de trabalho, a qualidade dos serviços realizados, tanto nas áreas comuns

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

como nos setores específicos, objetivando constatar a situação fática de tudo que implique na conservação dos serviços básicos de limpeza e conservação a cargo do Serviço de Zeladoria da Capital e do Interior.

A partir do levantamento diário da quantidade de auxiliares de serviços gerais (ASG's) em efetivo serviço, foi constatado um número considerável de faltas sem pronta reposição por parte da empresa terceirizada, com impacto direto na qualidade dos serviços, acarretando a abertura de processos administrativos para a devida apuração. Tal situação importou na instituição de um livro diário de registro de ocorrências, onde constam informações sobre quantidade de servidores faltosos e respectivo motivo, eventual substituição e outros eventos dignos de registro, objetivando a adoção das medidas necessárias para solucionar o problema respectivo.

Também foi realizado um levantamento de todos os aparelhos e materiais disponibilizados pela empresa contratada, além dos produtos de limpeza e conservação (papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, cera, etc.), constatando-se uma defasagem semanal entre o pedido e o disponibilizado, o que só foi resolvido após uma reunião com os representantes da terceirizada.

Elaborou-se uma lista de todo o material de limpeza e conservação, divididos em consumo de alta, média e baixa prioridade, com indicativo de utilização diária, mensal e anual, servindo de parâmetro para o Termo de Referência de posterior processo licitatório, uma vez que o atual contrato de prestação de serviços de zeladoria se encontra praticamente em seu termo final.

No que diz respeito ao consumo de água potável, foi elaborado um levantamento de todos os bebedouros em utilização no Palácio da Justiça, para se ter ciência sobre seu tempo de uso e suas condições físicas, com o fim de estabelecer um cronograma de limpeza adequada. A empresa responsável pelo fornecimento de água mineral em garrafões disponibilizou dois servidores para proceder à limpeza dos bebedouros, contribuindo para a prevenção de problemas decorrentes do consumo inadequado de água.

No período de 15 a 25 de setembro, foram visitadas todas as unidades do Palácio da Justiça, da Corregedoria e do CDI. Em seguida também foram analisados os bebedouros da Esmec, da Creche, do Fórum das Turmas Recursais, além dos Fóruns de Caucaia, Maracanaú e JECC de Maracanaú.

No período compreendido entre os dias 19, 22 e 26 de outubro, foram visitadas as Comarcas de Sobral, Mucambo, Viçosa do Ceará, Tianguá, Guaraciaba do Norte, Crateús, Iguatu,

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Crato, Juazeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Maracanaú, Baturité e Itaitinga, as quais recebem os serviços da empresa terceirizada.

Nas referidas comarcas foram avaliadas as condições de serviços de zeladoria (quantidade, qualidade e adequação numérica em relação à área dos prédios), aplicando-se, ainda, formulário eletrônico aos responsáveis das referidas unidades, oportunidade em que os mesmos foram questionados sobre eventuais problemas crônicos, tanto dos serviços como dos terceirizados.

Oportuno destacar que a pesquisa de satisfação dos serviços de zeladoria e manutenção, que também foi aplicada a todos os chefes de departamentos por meio de formulário eletrônico (com espaço para sugestões), mostrou-se uma poderosa ferramenta de *feedback* para a adoção de futuras práticas objetivas voltadas à melhoria da atividades desenvolvidas.

Tabela 25: Ordens de Serviço por Natureza - Interior

Natureza	Ordens de Serviço finalizadas em 2015
Alvenaria	64
Carpintaria	196
Dedetização	10
Elétrica	333
Coberta	62
Hidráulica	207
Lógica	90
Pintura	64
Refrigeração	138
Telefonia	82
Outros	97
Total	**1.342**

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

Tabela 26: Ordens de Serviço por Natureza - Capital

Natureza	Ordens de Serviço finalizadas em 2015
Alvenaria	53
Carpintaria	597
Dedetização	0
Elétrica	825
Elevadores	42
Gelágua	198
Hidráulica	492
Lógica	87
Pintura	83

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Refrigeração	410
Telefonia	313
Outros	63
Total	**3.163**

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.4.2 Projetos Setoriais de Manutenção

Tabela 27: Portfólio de Projetos

Identificação	Título	Objetivo	Progresso	Fase atual
PJMAN2013074	Controle de pragas e vetores	Contratação de empresa especializada em serviços de dedetização	20%	Elaboração de Termo de Referência
PJMAN2013076	Manutenção de subestações aéreas	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção em subestações aéreas	20%	Elaboração de Termo de Referência
PJMAN2013078	Aquisição, instalação e manutenção de portas automáticas	Instalação de portas automáticas nas dependências do Palácio da Justiça	35%	Elaboração do Termo de Referência
PJMAN2013083	Manutenção de *Nobreaks*	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção dos *nobreaks* e dos *data centers* do TJ e FCB	20%	Elaboração do Termo de Referência
PJMAN2014087	Manutenção de elevadores	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção dos 19 elevadores do poder judiciário	100%	Concluído
PJMAN2014091	Manutenção de *Data Centers*	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção dos *data centers* do TJ e FCB	100%	Concluído
PJMAN2014093	Manutenção predial região I	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial com atuação na capital e parte do interior.	100%	Concluído
PJMAN2014094	Locação de veículos	Contratação de empresa especializada em serviços de locação de veículos	100%	Concluído
PJMAN2014095	Integração de telefonia	Integrar os sistemas telefônicos de todas as unidades do TJCE, utilizando a tecnologia *voice net*	15%	Execução técnica

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

PJMAN2015097	Manutenção de portais	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de portais detectores de metais.	15%	Elaboração de Termo de Referência
PJMAN2015098	Manutenção de Equipamentos de Refrigeração	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado tipo *split* e janeleiro.	15%	Elaboração de Termo de Referência
PJMAN2015099	Coleta de lixo	Contratação de empresa especializada em serviços de coleta de lixo	85%	Análise da Comissão de Licitação
PJMAN2015100	Fornecimento de GLP	Contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de gás GLP	100%	Concluído
PJMAN2015102	Contratação de manutenção predial – regiões II, III e IV	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção predial com atuação no interior	75%	Análise da Comissão de Licitação
PJMAN2015104	Contratação de Manutenção de CFTV	Contratação de empresa especializada para Manutenção de CFTV	5%	Em Análise Preliminar
PJMAN2015105	Gestão e fiscalização de Contratos	Análise, diagnóstico e melhorias dos processos de gestão de contratos	20%	Execução técnica
PJMAN2015106	Pesquisa de Satisfação da Zeladoria	Realização, tabulação e divulgação de pesquisa sobre os serviços de Zeladoria para efeitos de GAM	90%	Execução Técnica

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.4.3 Ações do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

Tabela 28: Ações Realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2015

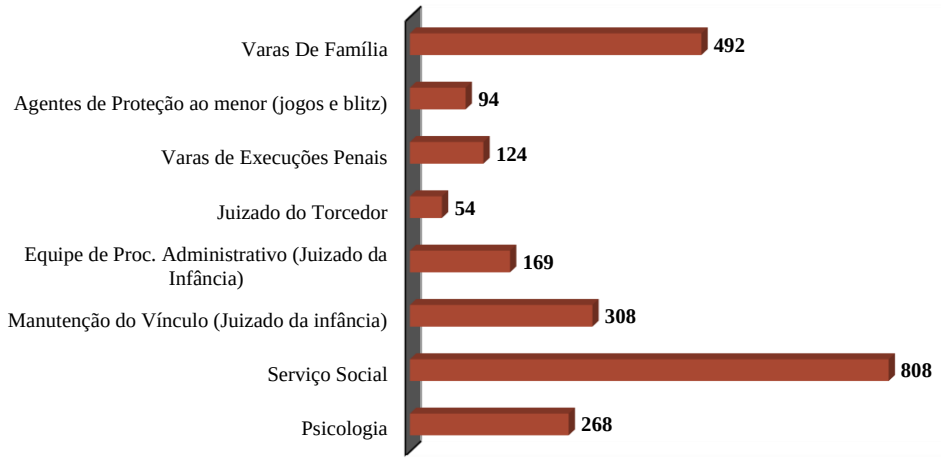
Unidade	Ação
Seção de Manutenção e Zeladoria	Implantação, com adequação de ambiente e instalação de equipamentos, das novas salas destinadas à Central de Solução de Conflitos e Cidadania;
	Implantação, com reforma e adequação de ambientes, do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia, inclusive na área da carceragem;
	Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II e III – Especialidade Varas de Família;
	Implantação da Secretaria de 1º Grau de Jurisdição IV – Especialidade Varas de Execução Penal;
	Instalação da oficina de informática;
	Adequação de espaços para arquivo para a informática e setor de certidões;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

	Manutenção predial em toda a Comarca de Fortaleza, em especial as centrais de ar-condicionado do FCB; elevadores; subestações do FCB; *Data Center;* Estação de Tratamento de Esgoto;
	Instalação de redutores de vazão nas torneiras automáticas instaladas nos banheiros do Fórum Clóvis Beviláqua, confeccionados a partir de canos de PVC, restos de obras.
	Retirada e limpeza dos espaços com entulhos, lixo séptico e descartes de lâmpadas;
Seção de Manutenção e Zeladoria	Doação de reciclagem (papel, plástico, vidro, papelão);
	Mutirão de limpeza dos janeleiros; vidros das entradas principal e secundária; corredores internos e públicos; carpetes dos 4 salões do júri e auditórios, inclusive as poltronas; entre outros.
	Treinamento para os supervisores e auxiliares de limpeza quanto ao uso correto do material de limpeza; segurança do trabalho; e comportamento no ambiente de trabalho.
	Troca de 100% dos garrafões de água mineral e higienização dos geláguas;
Seção de Patrimônio	Montagem de 14 salas ou unidades judiciárias, entre elas as novas varas cíveis, a vara única de custódia, as secretarias judiciárias de 1º Grau II, III e IV e a Sala de Biometria do TRE.
	Distribuição e remoção de mais de 1.200 equipamentos de informática como: computadores, impressoras, *scanners*, leitores óticos, etc.
	Criação de Ordem de Serviço para controle das demandas do Fórum de material e serviços pertinentes à Seção de Patrimônio, visando a um melhor controle dos bens que se encontram sob a sua responsabilidade, tendo em vista que, de janeiro a outubro de 2015, foram, em média, 140 mensais entre distribuição, remoção, substituição de bens.

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Gráfico 12 – Quantidade de visitas com utilização de veículos da Seção de Transporte



Fonte: Seção de Transporte

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

7.4.4 Projeto "Gestão Limpeza" – Fórum Clóvis Beviláqua

O Projeto Gestão Limpeza foi iniciado em março de 2015 com a Pesquisa de Avaliação para obter a percepção dos servidores em relação à limpeza e direcionar caminhos a serem traçados com os funcionários da limpeza, juntamente com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

A primeira pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do fórum teve a participação de 100 gestores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos a esse serviço, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado na *intranet* do Fórum. Foi apurada na pesquisa uma avaliação negativa de 66% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza.

Com base na pesquisa foi possível coletar sugestões, elogios e críticas, que subsidiaram a criação de um plano de ação para o tratamento das oportunidades de melhorias.

Na tabela a seguir são apresentadas as ações executadas no âmbito do Projeto Gestão Limpeza:

Quadro 2 – Ações executadas pela Diretoria do Fórum no âmbito do Projeto Gestão Limpeza

Ações Executadas
Sensibilização e Prevenção → pesquisa de avaliação, análise do consumo de material, sensibilização dos supervisores e auxiliares, instituição de reuniões periódicas com os supervisores
Despoluição Visual → regularização das placas de orientação, política de divulgação das informações e placas de proibido fumar
Acesso e Acessibilidade → reparo do elevador central
Manutenção e Limpeza → substituição das lixeiras quebradas, programa de desligamento das luzes internas do prédio, redistribuição dos auxiliares de limpeza, mutirão de limpeza do Fórum
Também foram realizadas ações contínuas e pontuais pela equipe do projeto, juntamente com a Diretoria do Fórum
Troca do fornecedor do material de limpeza, resultando em melhoria na qualidade dos produtos
Fornecimento de novos uniformes e equipamentos de proteção individual (bota, luvas e máscaras) a todos os auxiliares de serviços gerais
Maior agilidade da substituição de auxiliares de serviços gerais que tenham faltado ao trabalho
Capacitação de profissionais para realizar a limpeza das vidraças externas, conforme as normas do Ministério do Trabalho, garantindo a segurança dos auxiliares.
Mutirões de limpeza, realizados nas salas de audiências das Varas Cíveis, no Setor de Arquivo e nas vidraçarias do Fórum
Retirada dos cartazes fixados nos corredores sem autorização
Troca de lixeiras quebradas
Envio de ofício circular, reforçando a proibição de fumar nas dependências do prédio, em cumprimento com o art. 2º da Lei Federal nº 9.294/96 (alterada pela Lei Federal nº 12.546/2011)
Intensificação da limpeza nas áreas externas, incluindo vidraças das fachadas, jardins, pátios e estacionamentos.
Realizado treinamento com os auxiliares e a higienização de todos os aparelhos de gelágua do prédio, no total de

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

250 bebedouros.
Higienização nos salões do Júri e Auditórios

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Ao final, no mês de setembro, o Núcleo de Apoio à Gestão da Diretoria do Fórum realizou a segunda Pesquisa de Avaliação do Serviço de Limpeza, a partir da qual obteve-se uma avaliação positiva de 61% em relação ao grau de satisfação geral, cumprindo destacar que todos os aspectos avaliados apresentaram avaliação positiva significativamente superior à pesquisa anterior.

7.5 Programa de Segurança Corporativa da Informação

Por meio da Portaria nº 966, de 5 de maio de 2015, foi instituído o Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. A coordenação das ações do referido projeto caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação, por intermédio de sua equipe de Serviço de Segurança da Informação.

Dentre as ações propostas, destacam-se a normatização da Política, das Diretrizes, das Normas e dos Procedimentos de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense e a elaboração do Plano de Continuidade do Negócio.

Em 2015, foi também realizada a assinatura do Contrato nº 04/2015 de *Service Desk* que trará vários benefícios ao TJCE, dentre eles: o funcionamento em horário integral (24 horas/ dia, 07 dias/semana) e a implementação do modelo de Governança para gestão de serviços e recursos de TI, melhorando o canal de comunicação com o usuário e aumentando a qualidade dos produtos e serviços ofertados pela Setin. A contratação trouxe ainda a ampliação da quantidade de polos de atendimento do interior do Estado, que passou de 4 para 7.

7.6 Gestão de Bens Patrimoniais

Como forma de dotar as unidades administrativas e judiciárias de uma infraestrutura adequada e funcional para a efetiva prestação jurisdicional estão sendo adotadas pela Divisão de Patrimônio da Secretaria de Administração uma série de ações que possibilitem uma boa gestão de bens patrimoniais e, por consequência, uma melhoria no aproveitamento dos espaços, dentre as quais destacam-se:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

i. entrega de bens permanentes novos nas seguintes unidades administrativas/judiciais: Divisão de Gestão de Serviço (DIVGESERV), Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), Departamento de Manutenção e Zeladoria (DEPMANUT), Departamento de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (DGPSO), Secretaria de Administração (SECAD), Divisão Editorial Gráfica (DIVEDG), Escola Superior da Magistratura (ESMEC), Fórum das Turmas Recursais, Serviço de Recursos Privativos, Mandado de Segurança, Selo Digital e os Fóruns de Itapipoca, Crateús, Várzea Alegre, Aracati (JECC), Cascavel, Pacatuba, Pacajus, Itapipoca, Orós, Caririaçu, Nova Russas e Lavras da Mangabeira;

ii. elaboração de termo de referência para credenciamento de leiloeiro oficial, atividade que proporcionará um melhor aproveitamento dos espaços reservados para estoque de bens permanentes, bem como a possibilidade de arrecadar recursos financeiros para o TJ;

iii. execução, até o mês de novembro, de 1.847 ordens de serviços, representando uma média de 200 OS's por mês;

iv. incorporação e tombamento de 5.713 bens permanentes, os quais foram adquiridos da seguinte forma: 2.756 por doação, 2.650 por aquisição, 299 por meio de contratos de obras ou reformas e 8 por pendência de inventário ou garantia;

v. desfazimento de 942 bens permanentes considerados inservíveis por meio de doação para a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Ressaltando-se, neste caso, o alcance social da medida, uma vez que referidos bens servirão para equipar a Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso – CISPE, as futuras instalações do Núcleo de Cadastro de Visitas – NUCAV, a Biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária para a Ressocialização e as Cadeias Públicas do interior do Estado, que se encontram em situação precária e necessitando de todo tipo de mobiliário.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

7.7 Projetos de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará

Em conformidade com o Projeto de Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará, as seguintes ações foram desenvolvidas e aguardam execução:

7.7.1 Reforma, estruturação e equipagem do Depósito de Provas Bélicas – DEPROB

Tendo como objetivo ampliar a eficiência e o controle sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições, foi elaborado projeto para reconstrução predial e renovação de instalações elétricas e hidráulicas do Depósito de Provas Bélicas. De igual forma, foi desenvolvido projeto para implementação de um sistema integrado de armários deslizantes destinados ao acondicionamento de materiais bélicos apreendidos nos autos de processos judiciais submetidos ao Poder Judiciário do Estado do Ceará.

7.7.2 Sistema de segurança eletrônica do Depósito de Provas Bélicas – DEPROB

A segurança do Depósito de Provas Bélicas será ampliada a partir da execução do projeto de instalação de câmeras de vigilância com sensores infravermelho e de movimento nas áreas externas e internas, instalação de porta blindada com controle de acesso nas portas externas e internas do depósito, bem como a montagem de uma estação de monitoramento na sala da segurança do Fórum Clóvis Beviláqua, com *software* de controle e equipamentos adequados para gravação de imagens.

7.7.3 Aquisição de armários blindados para a armazenagem de provas nos Fóruns das Comarcas do interior

No intuito de evitar ocorrências de arrombamentos nos Fóruns das Comarcas do interior do Estado, foi elaborado projeto para a aquisição de armários blindados com a finalidade de estocagem de armas, munições, drogas e numerários que estejam vinculados a processos judiciais, impossibilitando o extravio destes materiais e garantindo o prosseguimento dos referidos processos.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

7.7.4 Cofres para a guarda individualizada de armas de fogo

Foi elaborado projeto para aquisição de cofres de segurança destinados à guarda de armas de fogo, de propriedade de policiais e de outras autoridades com permissão legal para o porte, em visita ao Fórum Clóvis Beviláqua, ao Palácio da Justiça Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra e aos Fóruns de Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte. Os armários licitados são do tipo blindado com dispositivo eletrônico de identificação biométrica.

7.7.5 Monitoramento eletrônico com câmeras IP e central de alarmes

A implantação de monitoramento eletrônico tem por objetivo a instalação de sistema com câmeras IP e central de alarmes com botão de emergência a serem instalados nas Varas Criminais, Salões de Júri, Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, área de carceragem e outras áreas que possam gerar riscos aos Magistrados e servidores. O sistema funciona com acionamento de botão fixo ou de dispositivo móvel integrado ao sistema geral de segurança eletrônica presente na sala de monitoramento.

7.7.6 Obtenção e operacionalização de aparelhos de Scanner

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social disponibilizou 06 aparelhos de raio X, tipo *scanner* de bagagens e bolsas, para operacionalização nas dependências do prédios pertencentes ao Poder Judiciário. Um *scanner* foi instalado e já está em funcionamento na entrada principal do Tribunal de Justiça. Os demais serão instalados no Fórum Clóvis Beviláqua.

7.8 Mobilidade e Acesso de Veículos

7.8.1 Reorganização dos estacionamentos do TJCE

Foi realizada reorganização espacial dos estacionamentos adjacentes ao Palácio da Justiça do Estado do Ceará, no intuito de propiciar aos magistrados, membros do ministério público,

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

servidores e usuários dos serviços judiciários maior mobilidade quando da utilização dos estacionamentos.

As vagas para idosos, pessoas com deficiência física e motociclistas foram redispostas facilitando a ordenação, orientação e fiscalização, promovendo efetiva rotatividade nos estacionamentos pertencentes ao Poder Judiciário.

A ação foi realizada pela Assistência Militar, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura.

7.8.2 Sistema de controle de acesso de veículos

Foi elaborado projeto para controle de acesso de veículos, com o objetivo de resguardar a integridade física e material de todas as pessoas que utilizam os estacionamentos do Fórum Clóvis Beviláqua.

O funcionamento desse sistema se dará por meio da utilização de cartões de identificação com *chip* eletrônico, câmeras de segurança e *software* de controle com OCR de placas.

7.9 Recolhimento de Armas Custodiadas

A quantidade de armas atreladas a processos judiciais recolhidas pela Assistência Militar nas Comarcas da Capital e do interior do Estado, no ano de 2015, em conformidade com a Resolução nº 134/2011 - CNJ e com a Portaria nº 199/2012 - TJCE, foram as seguintes:

Tabela 29: Armas Recolhidas em 2015

Local	Armas de fogo	Armas brancas
Capital	2.022	831
Interior	2.241	6.288
Geral	**4.263**	**7.119**

Fonte: Depósito de Provas Bélicas (DEPROB)

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

7.10 Destruição de Armas Custodiadas

Após desatrelamento dos autos processuais, o quantitativo de armas destruídas com o apoio do Exército Brasileiro e em conformidade com o art. 25 da Lei nº 10.826/2003, Resolução nº 134/2011 - CNJ e Portaria nº 199/2012 - TJCE foi:

Tabela 30: Armas Destruídas em 2015

Período	Armas de fogo	Armas brancas
Recolhidas até 20/11/2015	4.048	8.210
Geral	**12.258**	

Fonte: Depósito de Provas Bélicas (DEPROB)

Um total de 3.850 armas brancas foram destruídas diretamente na indústria Gerdau, no dia 07 de outubro de 2015. O depósito de provas bélicas aguarda agendamento do Exército Brasileiro para encaminhar os quantitativos de 429 armas de fogo e 1.415 armas brancas para destruição.

8. CONTROLE INTERNO

8.1 Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento realizadas pela Auditoria de Controle Interno

As atividades executadas pela Auditoria de Controle Interno (Audin) relativas à gestão, ao acompanhamento e ao assessoramento foram as seguintes:

i. elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício 2016;
ii. elaboração do Plano de Capacitação dos servidores lotados na Auditoria Interna para o exercício 2016;
iii. análise e certificação da Prestação de Contas de 2014 do TJCE;
iv. análise e certificação da Prestação de Contas de 2014 do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
v. análise e certificação da Prestação de Contas de 2014 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

vi. análise e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal de 2014 e 2015;
vii. análise e acompanhamento dos procedimentos de suprimento de fundos;
viii. monitoramento das recomendações e determinações formuladas em relatórios de auditoria executadas em 2014 e 2015;
ix. monitoramento do Portal da Transparência e do Portal de Acesso à Informação;
x. participação nas reuniões do Comitê Executivo – COEX;
xi. emissão de pareceres nos processos de indenização de férias dos magistrados (Resolução nº 07/2011, do Órgão Especial do TJCE);
xii. apoio aos órgãos de controle externo.

8.2 Auditorias realizadas

As auditorias realizadas durante o exercício de 2015, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria, aprovado pela Presidência desta Corte, estão relacionadas a seguir:

8.2.1 Processos Operacionais

i. Patrimônio Imóveis
ii. Fermoju – Recursos Arrecadados da Venda de Selos
iii. Despesas Exercício Anterior – DEA Pessoal
iv. Equipamentos e Material Permanente
v. Locação de Máquinas e Equipamentos
vi. Despesas Exercício Anterior – DEA Custeio
vii. Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal)
viii. Fermoju – Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 70.

8.2.2 Contratos

i. Companhia Energética do Ceará – COELCE (CT 025/2012)
ii. Alberflex Indústria de Móveis Ltda. (CT 018/2014)

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

iii. Intersept Ltda. (CT 043/2014)

iv. Terclima – Técnica Climática Ltda. (ARP 003/2014).

8.2.3 Tecnologia da Informação

i. Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SAJADM – GRH (Módulos: Recursos Humanos – Cadastro e Frequência)

ii. Sistema Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo de Distribuição)

iii. Gestão Contratual de Tecnologia da Informação (Contratos da área de TI)

iv. Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas (CADARM).

8.2.4 Serviços de Engenharia

i. Construção Fórum da Comarca de Itapipoca (CT 035/2014 – C.Menezes Engenharia Ltda.)

ii. Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria-Geral da Justiça (CT 040/2014 – Metas Construções e Serviços Eireli – EPP)

iii. Complementação da reforma do Fórum da Comarca de Horizonte (CT 025/2014 – JT Construção e Consultoria Ltda.).

8.2.5 Atividades Sistemáticas

i. Suprimento de Fundos: avaliação da consistência e confiabilidade dos procedimentos; exame da observância das políticas, normas e procedimentos definidos; e emissão de relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos.

ii. Gestão Fiscal: acompanhamento do ingresso das receitas e monitoramento da realização das despesas; acompanhamento do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; e monitoramento do cumprimento dos prazos de apresentação e publicação.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

iii. Tomada e Prestação de Contas Anual: análise da conformidade das contas com os dispositivos legais aplicáveis; emissão de Relatório de Auditoria integrante do processo de Prestação de Contas; certificação da Prestação de Contas para apresentação ao Órgão Julgador; e monitoramento do cumprimento dos prazos para apresentação.

8.3 Atividades de Monitoramento

Dentre as atividades da Auditoria Administrativa de Controle Interno, também convém destacar a realização de atividades de acompanhamento das recomendações e determinações insertas nos relatórios de auditoria, quanto a sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

Além das atividades realizadas ao longo do corrente ano, foram monitoradas as seguintes atividades de auditoria, referentes ao exercício 2014:

i. Relatório nº 04/2014 – VM Locadora de Veículos Ltda.;
ii. Relatório nº 06/2014 – Indenizações e Restituições aos Cartórios de Registros Civis;
iii. Relatório nº 10/2014 – CT 46/2009 – Embratec *Good Card*;
iv. Relatório nº 13/2014 – Locação de mão de obra;
v. Relatório nº 14/2014 – Fermoju fonte 70 – Exercício 2013;
vi. Relatório nº 16/2014 – Material de consumo;
vii. Relatório nº 18/2014 – Manutenção, conservação e guarda de documentos;
viii. Relatório nº 19/2014 – CT 26/2010 – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
ix. Relatório nº 21/2014 – CT 42/2013 – Gelar Refrigeração;
x. Relatório nº 22/2014 – Auxílio-alimentação;
xi. Relatório nº 23/2014 – Portal da transparência do TJCE.

Ressalte-se a adesão dos gestores no sentido de se reportarem às recomendações insertas nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizá-los quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, proporcionando, assim, melhoria dos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

8.4 Sistema Informatizado de Auditoria (Sisaud)

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações e determinações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário prover à unidade de controle interno uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes. A implantação desse sistema encontra-se prevista no Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE.

Diante dessa necessidade, a Audin, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, está desenvolvendo o Sistema de Auditoria, solução que proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

A primeira versão da ferramenta, que consiste na realização do cadastro de informações básicas relativas às atividades de auditoria, foi disponibilizada no segundo semestre deste exercício.

8.5 Capacitações em Controle Interno

Ao longo do exercício de 2015 foram desenvolvidas pela Auditoria de Controle Interno um conjunto de ações de integração e capacitação dos servidores do Poder Judiciário, visando ao fortalecimento dos controles internos institucionais, como forma de garantir uma melhor aplicação dos recursos públicos e consequente eficácia dos serviços administrativos prestados.

Nesse sentido, foi realizado o curso “Formação de Auditores Internos”, com o objetivo de promover aos servidores do Poder Judiciário maior nivelamento de conhecimento e contato prático com a cultura de controle interno, por meio das técnicas e ferramentas de fiscalização e de auditoria.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

9. COMUNICAÇÃO

9.1 Notícias e Canais de divulgação

O *site*, a *intranet*, o *Facebook*, o *Twitter*, o boletim eletrônico e o boletim de rádio são os principais meios utilizados diariamente pela Assessoria de Comunicação Social para divulgar as notícias da Justiça estadual. Além desses canais, a unidade produz o programa de TV "Judiciário em Evidência", o Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário. Também criou, em 2015, a "Rádio Corredor", com informes sobre os principais assuntos do dia.

Para a produção de notícias, a Assessoria conta com as agendas diárias das atividades dos desembargadores e gestores do Poder Judiciário e tem como fontes de informação o Diário da Justiça, cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais, parceiros e especialistas.

De janeiro a outubro de 2015, a foram produzidos 2.790 textos e reportagens, os quais 1.412 foram replicados pela mídia, representando um aproveitamento de 50,6%. Ao todo, os meios de comunicação externos publicaram 4.251 matérias citando o Judiciário cearense, sendo 3.862 delas (90,8%) com viés positivo. Isso demonstra o esforço em divulgar ações e eventos que favoreçam a imagem da Justiça estadual.

Houve ainda envio de sugestão de notas e pautas para os principais veículos de comunicação do Estado e para o CNJ, a Rádio Justiça e TV Justiça.

9.2 Redes sociais

O aumento do número de acessos ao *Facebook* e *Twitter* foi uma ação intensamente trabalhada neste ano. A estratégia consistiu em não apenas replicar matérias produzidas, mas utilizar linguagem própria das redes sociais e elaborar artes lúdicas e educativas. Como resultado, até outubro de 2015, o *Facebook* e o *Twitter* totalizaram 12.900 seguidores, um incremento em relação a 31 de dezembro de 2014, quando eram 9.501.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

9.3 Programa de TV

O "Judiciário em Evidência", produzido pela Assessoria de Comunicação desde 2012, é exibido semanalmente nas emissoras TV Assembleia, TV O Povo e TV Fortaleza. Também é veiculado no *site* e na *intranet* do TJCE e no *YouTube*. Entre janeiro e outubro de 2015, foram produzidas 142 reportagens e notas e 42 entrevistas, distribuídas em 42 programas. A Assessoria enviou ainda 19 VTs de reportagens para a TV Justiça, emissora nacional do Superior Tribunal Federal.

9.4 Boletins de notícias

Além de disponibilizar as matérias no *site* e nas redes sociais do TJCE, são editados diariamente pela Assessoria de Comunicação dois boletins: um, às 16h, direcionado às rádios (Capital e Interior), e outro, no final da tarde, para *mailing* com 1.335 contatos cadastrados, entre veículos de comunicação, jornalistas e autoridades. O *mailing* foi ampliado com objetivo de fortalecer a imagem do Judiciário, sobretudo no interior do Estado, com a inserção de contatos dos principais *blogs* e portais de notícias das diversas regiões do Ceará. Também passaram a ser públicos-alvo dos nossos produtos de comunicação instituições como Ordem dos Advogados do Brasil; procuradorias Federal, Estadual e Municipal; Defensoria Pública do Estado; secretarias de Estado e parlamentares estaduais e municipais.

Vale ressaltar que foi criado, pela Secretaria de Tenologia da Informação, sistema para produção e envio dos boletins em formato "newsletter", com *layout* funcional, facilitando o acesso às principais notícias.

9.5 Revista e Jornal

Com design e linguagem inovadores, o Judiciário em Revista foi pensado para ser um canal de comunicação com o público interno e externo. Procura mostrar as ações empreendidas pela Justiça cearense, para além da questão jurisdicional, valorizando projetos de interesse da sociedade. A revista tem circulação semestral e a primeira edição foi distribuída entre as principais empresas de comunicação, fóruns da capital e do interior, deputados, membros do STF, STJ e CNJ,

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

desembargadores, secretários e assessores do TJCE e estudantes. A segunda edição deste ano está sendo confeccionada e deverá ser publicada em dezembro.

Com tiragem de 2.000 exemplares, o primeiro Jornal do Judiciário foi distribuído aos desembargadores, procuradores, secretários de Estado, parlamentares estaduais e municipais, entre outros. O informativo teve como objetivo divulgar os principais serviços oferecidos pelo Judiciário, em linguagem acessível e dinâmica.

9.6 *Clipping*

São monitoradas diariamente, pela Assessoria de Comunicação - Ascom, as notícias publicadas nos jornais Diário do Nordeste, O Povo e O Estado, além de 51 *blogs* e *sites*. A lista de *sites* foi ampliada para incluir conteúdos produzidos por jornalistas e blogueiros do Interior do Estado. As matérias clipadas ficam disponíveis em uma plataforma na *intranet*, para acesso por parte de magistrados e servidores, que podem utilizar as informações para fins estratégicos.

Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada, contratada em 2015 por meio de Pregão.

A Ascom também é responsável por fazer análise quantitativa e qualitativa das matérias produzidas pelo setor. Por meio do *clipping*, a unidade verifica quais *releases* foram aproveitados pela mídia e classifica o conteúdo publicado nos jornais e *sites* como positivo ou negativo.

9.7 Cobertura fotográfica

Foram realizadas coberturas fotográficas das sessões de Câmaras, Pleno, Órgão Especial, posses, reuniões, visitas e demais eventos envolvendo o Poder Judiciário, além do tratamento e edição das imagens para divulgação e para o banco de imagens. Entre janeiro e outubro deste ano, a Assessoria de Comunicação realizou 31 mil registros.

9.8 Campanhas institucionais

Na parte de criação, foram elaborados pela Assessoria de Comunicação o *layout* de peças de comunicação visual para os elevadores do TJCE (10 peças); o projeto gráfico e a

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

diagramação do Jornal do Judiciário e do Judiciário em Revista; a proposta de nova identidade visual do Poder Judiciário (pasta, cartão de visitas, capas de CD/DVD, envelopes) e o *layout* de infográficos para a Sala de Situação. Também foram produzidas 1.117 peças para o *Facebook* do Tribunal e o novo *layout* do Boletim de Notícias.

As campanhas institucionais elaboradas foram as seguintes:

i. Dia da Mulher (cartaz e *banner intranet*);
ii. Páscoa (cartaz e *banner intranet*);
iii. Dia das Mães (cartaz e *banner intranet*);
iv. Planejamento Estratégico 2015-2020 (cartaz, *banner intranet*, *banner* impresso em lona e marca-página);
v. Semana da Justiça Pela Paz em Casa (*banner* impresso em lona e camisas);
vi. Dia do Servidor (cartaz, *banner intranet* e certificados);
vii. Eu faço o Judiciário (cartaz, *banner intranet* e certificados);
viii. Ouvidoria (cartaz e *banner intranet*).

9.9 Atendimento à imprensa

A Assessoria de Comunicação Social atendeu a 166 demandas de imprensa sobre os mais diversos assuntos, como pedidos de entrevistas e solicitação de dados, processos etc. Em geral, as solicitações são feitas por telefone ou por meio do *link* “Fale com a Assessoria”, bem como durante eventos promovidos pela Justiça estadual.

9.10 Rádio Corredor

Em 2015, foi criada a “Rádio Corredor”, que utiliza o sistema de som do Palácio da Justiça para divulgar informes sobre os principais assuntos do dia.

9.11 Novo Portal do TJCE

Tendo como objetivo permitir ao cidadão acesso mais fácil e rápido às informações e serviços do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi promovida a reformulação do Portal do TJCE

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

na rede mundial de computadores. Mais interativo, o *site* acompanha as mudanças na área de comunicação, informação e tecnologia pelas quais passa a sociedade.

Uma das inovações foi a elaboração de um sistema responsivo (ajustável) para várias plataformas de comunicação (*tablets*, *smartphones* ou *desktops*). Ou seja, a ferramenta garante maior interatividade e amplia o acesso aos cidadãos.

O compartilhamento do conteúdo nas redes sociais e o envio de informações via *e-mail*, diretamente do *site*, também serão possíveis. Outra novidade será a identificação das notícias por meio do *QRCode*. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do *QRCode*, compartilhar notícias por meio de *smartphones* ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

Todas as seções do novo portal contam com sistema de categorias e *tags* para a classificação do conteúdo. Isso permitirá ao internauta realizar a busca de apenas um determinado tópico de conteúdo desejado.

Mais leve e simples, a concepção do novo *site* favorece a distribuição das informações que estejam em conformidade com os serviços mais buscados e acessados. Também leva em consideração a divisão dos serviços por perfis de usuários, dando mais visibilidade aos serviços oferecidos pela Justiça cearense.

O novo portal foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação.

9.12 Gestão da Comunicação Interna na Setin

A Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou a construção de um informativo interno, que deverá circular inicialmente de forma quinzenal, com o intuito de aprimorar a comunicação interna entre as equipes e de propagar as ações realizadas e em execução pela Secretaria. Em um segundo momento, o informativo poderá ser estendido para as áreas de negócio com conteúdos específicos, com a intenção de aprimorar a comunicação com as diversas unidades.

Além dessa iniciativa, também está planejada para 2016 a construção do Plano de Comunicação de TI, que deverá institucionalizar a metodologia de comunicação da Setin (interna e

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

externamente).

9.13 Programa Justiça e Cidadania

O Programa Justiça e Cidadania tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos. O Programa, que é executado pela Assessoria de Cerimonial, contemplou de fevereiro a novembro de 2015 um total de 4.041 estudantes.

10. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

10.1 Gestão de Precatórios

O modelo de gestão atualmente adotado pela Assessoria de Precatórios vem despertando o interesse de outros tribunais, dentre os quais o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que realizaram visitas técnicas a este Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com o objetivo de conhecer o funcionamento desta unidade administrativa, promovendo integração e troca de experiências entre as diversas Cortes do país.

Destaque-se, ademais, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sediou, nos dias 31/08/2015 e 01/09/2015, a 1ª Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, quando foi feita a sua instalação, e a 1ª reunião de trabalho e eleição dos dirigentes para o biênio 2015/2017, ocasião em que foi aclamado como Secretário-Geral o Magistrado Francisco Eduardo Fontenele Batista, Juiz Auxiliar da Presidência, convocado para atuar na prática de atos administrativos inerentes à tramitação de precatórios e RPV's.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

10.2 Produção Editorial e Gráfica

No decorrer de 2015, a Divisão Editorial e Gráfica do Tribunal de Justiça trabalhou na diagramação, criação e confecção de diversos serviços gráficos, dentre os quais destacam-se a "Revista da Jurisprudência", de periodicidade trimestral, com tiragem de 200 revistas impressas e 1.500 em mídia digital, "A Revista Themis", de periodicidade anual, que contou com uma tiragem de 300 exemplares impressos, além do "Jornal do Judiciário", publicado quadrimestralmente, que teve uma tiragem total de 2.600 unidades e a revista "Judiciário em Foco", a qual teve uma tiragem de 255 unidades.

De janeiro a outubro deste ano, o Parque Gráfico realizou 52.700 impressões em tamanho A3 e 866.272 impressões no formato A4 por meio da confecção de livros, revistas, *folders*, cartazes, certificados, panfletos, convites, entre outros.

Referida unidade tem se empenhado em administrar adequadamente sua cota mensal de impressões, de forma a não ultrapassar a quantidade estipulada em contrato. Nesse sentido, a Divisão Editorial Gráfica se empenhou, conjuntamente com a Divisão de Compras, na aquisição de *toner* e de outros insumos para impressora própria, que pode contribuir com o aumento do quantitativo do número de impressões mensais disponível para utilização.

Objetivando a excelência na prestação de serviços, a Divisão Editorial e Gráfica procedeu com os trâmites necessários à renovação de contrato de impressões, que permitiu um aumento de 15% em sua franquia de impressões do tipo colorida, proporcionando, assim, aumento no índice de atendimento às demandas e gerando um maior nível de satisfação entre os setores solicitantes dos serviços gráficos.

10.3 Digitalização de Documentos e Gerenciamento de Documentos Físicos

Com o advento do processo judicial eletrônico, tornou-se necessária a guarda e o gerenciamento dos autos físicos que passaram pela digitalização.

Uma vez concluído o processo de conversão, os processos físicos são disponibilizados para a Divisão de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos e Físicos, onde são identificados e organizados fisicamente, de forma a dar suporte e agilidade às atividades de recuperação, acesso, avaliação, seleção, eliminação, transferência e recolhimento. Referidas atividades otimizam o

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

espaço físico das varas e/ou gabinetes, reduzindo custos e proporcionando salubridade no ambiente de trabalho.

Em 2015, a Divisão de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos e Físicos inventariou 37.679 processos físicos remetidos pelo Fórum Clóvis Beviláqua, oriundos das Varas Criminais, de Delitos de Tráfico de Drogas, da Fazenda Pública e de Execução Penal e 7.080 provenientes da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça.

Foram remetidos ao Fórum Clóvis Beviláqua, a pedido das respectivas varas de origem, 998 processos para verificação das informações disponíveis nos processos digitais.

Durante o período, a Divisão de Gerenciamento de Documentos realizou, ainda, as seguintes atividades:

i. conferência, higienização, triagem e reorganização de 41.000 fichas financeiras;
ii. arquivamento de 16.621 processos, dos quais 15.148 jurídicos;
iii. desarquivamento de 272 processos jurídicos;
iv. atendimento de 588 solicitações de informações diversas, relativas a publicações disponíveis em edições impressas do diário da justiça, fichas financeiras, processos administrativos, entre outros;
v. análise de 1.108 caixas com processos jurídicos e administrativos antigos que não estão registrados nos sistemas - SAJ, CPA e SPROC;
vi. planilhamento de 14.898 documentos remetidos ao arquivo por ofício, sendo 8.211 petições e 1.041 processos administrativos.

10.4 Projeto Oficina Pais e Filhos

A Oficina Pais e Filhos é um projeto desenvolvido pelo CNJ com base em estudos, práticas e projetos educacionais, que tem por finalidade auxiliar e sensibilizar de forma preventiva e educativa os pais no enfrentamento da ruptura familiar, por meio de recursos didáticos que os levam a compreender o momento, de técnicas que os auxiliarão à resolução autônoma de seus conflitos e de orientação sobre os efeitos negativos de uma abordagem destrutiva com seus filhos.

As Oficinas de Pais e Filhos foram resultado da parceria do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (NUPEMEC), com o apoio e colaboração do Núcleo de Apoio à

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Jurisdição (NAJ) do Fórum Clóvis Beviláqua.

Até novembro de 2015, foram realizadas 16 oficinas.

10.5 Projeto Judiciário e Família, uma Parceria pela Paz

Durante a realização das Oficinas de Família – projeto criado pelo CNJ e desenvolvido pelo Cejusc/FCB desde 2014 - surgiu a ideia de desenvolver um projeto específico para os casais envolvidos em violência doméstica.

No desenvolvimento dos trabalhos da Oficina da Família, alguns casais envolvidos passaram pelas oficinas em razão da existência de disputas também nas Varas de Família.

A experiência com essas famílias em situação de violência doméstica que passaram pelas Oficinas da Família em razão da existência de disputas também nas Varas de Família, permitiu constatar que o formato da oficina, preventivo e educativo, era aplicável, com alguns ajustes, às famílias envolvidas na violência. Posteriormente, em fase experimental, alguns casais foram encaminhados pelo Juizado da Violência Doméstica para as oficinas. Com isso, nasceu o projeto "Família e Justiça, uma parceria pela paz", voltado exclusivamente para as famílias inseridas no contexto da violência doméstica. O projeto foi desenvolvido e encontra-se na fase de implementação, procurando-se por parcerias. Uma cópia do projeto foi encaminhada à Ministra Carmem Lúcia.

10.6 Ações e Projetos do Departamento Judiciário da Comarca de Fortaleza

Ao longo do exercício de 2015, foram empreendidas as ações e projetos a seguir:

Tabela 31: Projetos desenvolvidos pelo Departamento Judiciário em 2015

Nome do Projeto	Descrição do Projeto
CAF – compartilhar, alinhar e finalizar	Visa o projeto CAF manter continuo e regular compartilhamento de informações entre os chefes dos Serviços e as Diretorias do Departamento, para alinhamento das atividades desenvolvidas e finalização das tarefas pendentes, inclusive as que ainda restaram de gestões passadas.
Cartilha informativa	A Cartilha "Conhecendo o Departamento Judicial" tem como objetivo descrever as atividades realizadas pelo Departamento no âmbito de todos os setores, bem como informar aos usuários em geral os procedimentos adotados. O material foi entregue em todas as Unidades Judiciais e Administrativas, Gabinetes de Desembargadores e ainda disponibilizado para a OAB e Defensoria Pública, em formato impresso e digital.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Instalação do sistema gestão à vista	Instalação de Sistema "Gestão à Vista" nas dependências do Fórum, a fim de tornar público e acessíveis os dados referentes ao protocolo e distribuição de petições.

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Tabela 32: Ações desenvolvidas pelo Departamento Judiciário em 2015

Unidade	Ações desenvolvidas
Serviço de Protocolo	Contratação de novos terceirizados para a realização do atendimento;
	Oferecimento de frequentes cursos de aperfeiçoamento para os funcionários que trabalham com atendimento ao público;
	Disponibilizado uma TV na sala do Protocolo em que são exibidos programas que versam sobre o Poder Judiciário e tem como escopo divulgar os serviços e ações da Justiça Estadual, bem como esclarecer sobre temas de interesse da sociedade;
	Também foi posto à disposição do usuário urna com o objetivo de colher opinião acerca dos serviços prestados;
	Instalação de novas máquinas de senhas na sala de atendimento;
	Aperfeiçoamento de procedimentos da Coordenação dos Juizados Especiais, no que tange aos processos sujeitos à declínio de competência (em desenvolvimento);
Divisão de Distribuição	Regulamentação acerca das distribuições dos feitos judiciais, no âmbito interno, através de novas Instruções Normativas (IN 01/2015, IN 02/2015, IN 03/2015 e IN 04/2015);
	Reuniões com os outros Departamentos, Coordenadorias, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, com o fim de melhorar e alinhar procedimentos;
	Palestra realizada pelos servidores do Departamento na sede do Núcleo de Petições Iniciais da Defensoria Pública do Estado, visando otimizar a realização dos cadastros das petições iniciais;

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

10.7 Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC

A CIAAC, Central Integrada de Apoio à Área Criminal, presta um serviço disponibilizado pelo Fórum Clóvis Beviláqua, cujo objetivo é dar celeridade às Comunicações dos atos processuais ao indiciado, réu ou apenado preso e os cumprimentos de alvarás de soltura, conforme regulamentado pela Portaria nº 58/2013, publicada em 28/01/2013 no Diário da Justiça do TJCE. A partir da Reestruturação Administrativa do Poder Judiciário do Ceará, ocorrida em agosto de 2015, foi formalizada a estrutura administrativa da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal, que passou a possuir um coordenador para fiscalizar e auxiliar nas atividades realizadas pela equipe do Tribunal de Justiça e demais colaboradores da unidade, equipe CIAAC/SSPDS e equipe CIACC/SEJUS.

Além das atividades acima elencadas, foram desenvolvidas as seguintes ações pela CIAAC ao longo de 2015:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Tabela 33: Ações desenvolvidas pela Ciaac em 2015

Ação	Objetivo	Unidades envolvidas	Progressos	Fase Atual
Levantamento mensal quantitativo de ofícios requisitórios	Elaborar relatório mensal enviado para a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS, com a mensuração dos ofícios requisitórios que são intermediados pela CIAAC.	Equipe CIAAC/SEJUS	Reconhecimento de períodos com maior quantidade de audiências marcadas; Reconhecimento de quais Unidades Judiciárias mais utilizam a Coordenadoria.	Realização mensal de relatório, possibilitando maior conhecimento quanto à utilização da CIAAC pelas Unidades Judiciárias. Tendo a ciência de que mensalmente passam por esta CIAAC, aproximadamente, 800 ofícios requisitórios.
Levantamento mensal doquantitativo de alvarás de soltura	Elaborar relatório do quantitativo de alvarás de soltura pesquisados pelos servidores do TJCE, com a mensuração dos alvarás de soltura que são intermediados pela CIAAC.	Equipes CIAAC/TJCE, CIAAC/SEJUS e CIAAC/SSPDS	Noções de quantidade de alvarás de soltura que passam mensalmente por esta CIAAC; cumprimento de prazos estabelecidos para pesquisa e cumprimento de alvarás de soltura; reconhecimento da demanda e de possibilidades de expansão da CIAAC.	Realização mensal de quantitativo quanto às pesquisas de Alvarás de Soltura pela CIAAC. Tendo a ciência de que mensalmente, até o momento, são realizadas cerca de 150 pesquisas de Alvarás de Soltura pelos servidores do TJCE.
Levantamento mensal do quantitativo de "audiências de custódia"	Elaborar relatório quantitativo de pesquisas para certidões para audiências de custódia;	Equipes CIAAC/TJCE.	Noções de quantidade de autos de prisão em flagrante que chegam a esta CIAAC; reconhecimento da quantidade de certidões encaminhadas para a 17ª Vara Criminal - Vara de Custódia.	Levantamento do quantitativo de autos de prisão em flagrante e certidões emitidas pelos servidores do TJCE lotados nesta CIAAC, para a ocorrência das audiências de custódia. Tendo conhecimento que de agosto/2015 até hoje, já foram emitidas mais de 500 certidões para as audiência de custódia.
Confirmação prévia de audiências marcadas	Otimizar o processo de confirmação e realização de audiências marcadas e intermediadas pela CIAAC;	Equipe CIAAC/SEJUS, Unidades Prisionais e Unidades Judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua.	Diminuição da não apresentação de réus presos para audiências.	Realização diária de confirmação de audiências marcadas, minimizando a não apresentação de réu preso.

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

10.8 "Semana da Justiça Pela Paz em Casa"

i. Objetivo: promover a responsabilidade social do Fórum Clóvis Beviláqua a partir da execução de atividades multidisciplinares, preventivas e culturais, de forma complementar à prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência durante as "I e II Semanas da Justiça pela Paz em Casa". As respectivas ações foram coordenadas pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da SECAP.

ii. Entregas previstas: foram realizadas durante as duas edições do Projeto, nos meses de março e agosto de 2015, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, atividades como oficinas de geração de renda, palestras de conscientização sobre a saúde física e mental, orientação nutricional, vacinas, aplicação de flúor, dentre outras.

iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais e Setor Médico do Fórum.

iv. Parceria externa: Faece/Fafor; Posto de Saúde Matos Dourado; Associação dos Cabeleireiros do Estado do Ceará; Associação Mãos que Criam; Profissionais autônomos (artesãs).

v. Progressos: até a 2ª edição do projeto, foram beneficiadas em média 400 pessoas.

vi. Fase atual: a III edição do Projeto está em fase de elaboração, com previsão para dezembro de 2015, objetivando beneficiar aproximadamente mais 300 pessoas.

10.9 I Semana Estadual do Júri

i. Objetivo: transmitir aos jovens estudantes conhecimentos relevantes sobre a violência, suas causas e consequências, sensibilizando-os para a formação de cidadãos mais conscientes de seus deveres em prol da paz social. Promover a práxis educacional como método de garantir maior aprendizado dos alunos graduandos em curso de Direito das Faculdades de Fortaleza. O Projeto foi coordenado pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da SECAP, durante o período de 14 a 18 de setembro de 2015.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

ii. Progressos: foram realizadas ações como Palestras em escolas públicas estaduais de Fortaleza sobre temas do cotidiano da sociedade vinculados à justiça; orientação jurídica às partes processuais que comparecerem ao Fórum durante o evento e participação como ouvintes de estudantes universitários nas sessões de julgamento. A 1ª edição do projeto beneficiou 686 estudantes.

iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará; Instituições de Ensino Superior de Fortaleza.

10.10 O Fórum Mais Próximo da Sociedade

i. Objetivo: despertar a comunidade estudantil (alunos de graduação e alunos de nível médio de escolas públicas e particulares de Fortaleza) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, por meio do conhecimento da estrutura e funcionamento da Justiça cearense.

ii. Progressos: projeto contínuo, realizado desde 26 de abril de 2007, com ciclos semestrais de visitas. De janeiro a outubro de 2015, foram recebidos 1.525 estudantes.

iii. Unidades envolvidas: Secretaria de Planejamento e Gestão, Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais e Secretarias de Vara do Fórum.

iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio da SEFOR.

v. Fase atual: ainda estão sendo agendadas visitas ao Fórum e palestras nas escolas e universidades para os meses de novembro e dezembro de 2015, objetivando beneficiar aproximadamente mais 800 estudantes.

Destaca-se que, por estar sendo executado desde 2007, o projeto tornou-se referência, sendo incluído na iniciativa “Conhecendo o Judiciário e sua História”, do Programa Justiça e Cidadania, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05/2011, publicada no DJ de 2 de setembro de 2011.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

10.11 Sala de Ouvidoria no Fórum Clóvis Beviláqua

A Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua foi instituída pela Portaria n° 705/96, tendo por finalidade conhecer as reclamações e sugestões que importem em adoção de providências de ordem administrativa.

A seguir apresentamos alguns resultados alcançados pela Ouvidoria no Fórum Clóvis Beviláqua:

Tabela 34: Quantidade de manifestações recebidas pela Sala da Ouvidoria no FCB por tipo de manifestação em 2015

Tipo de Manifestação	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Reclamações	131	161	132	131	127	137	108	114
Informações	231	562	481	590	521	586	591	599
Agradecimentos	13	19	10	17	14	14	6	6
Elogios	1	6	5	2	2	0	0	0
Solicitações diversas	3	4	0	2	1	1	1	1
Total	379	752	628	742	665	738	706	720

Fonte: Sala da ouvidoria no FCB

Tabela 35: Quantidade de manifestações recebidas e respondidas pela Sala da Ouvidoria no FCB em 2015

Meses	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
Total de Manifestações	379	752	628	742	665	738	706	720	**5.330**
Total de Reclamações	131	161	132	131	127	137	108	114	**1.041**
Respostas dos setores	51	66	74	60	71	52	58	49	**481**
Total de Informações	231	562	481	590	521	586	591	599	**4.161**
Respostas da Ouvidoria	231	562	481	590	521	586	591	599	**4.161**

Fonte: Sala da ouvidoria no FCB

10.12 Eventos

Seguem listas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 36: Eventos de janeiro

Data	Hora	Evento	Local
30/jan	16h	Posse dos Novos Dirigentes do Poder Judiciário	Auditório Tribunal Pleno

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

		cearense	

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 37: Eventos de fevereiro

Data	Hora	Evento	Local
02/fev	10h	Transmissão do Cargo de Corregedor	Auditório Corregedoria
03/fev	14h	Entrega de Certificados do Curso de Mediação	Hall 1º Andar
04/fev	14h	1ª Reunião para Elaboração Plano Estratégico em TI 2015-2020	Auditório ESMEC
06/fev	10h	Posse do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	1º Salão do Júri
11/fev	17h	Posse do Diretor da ESMEC	Auditório da ESMEC

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 38: Eventos de março

Data	Hora	Evento	Local
04/mar	9h	Visita de Alunos da Escola Municipal Antonio Correia Lima	TJCE
	14h	Visita de Alunos da Ecola Estadual Dom Antonio Batista de Fragoso	TJCE
05 a 06/mar	9h30min às 18h	I Encontro Nacional de Ouvidores dos TJ´s	Aquário TJCE
06/mar	8h	Abertura das comemorações do Dia Internacional da Mulher e a Semana da Justiça pela Paz em casa com a presença da Min. Carmen Lúcia	Hall 1º andar
09/mar	9h	Reunião com a Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça e Magistrados das Varas de Execução Fiscal do TJCE	Aquário TJCE
11/mar	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Manoel Rodrigues	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal Professor José Parsifal Barroso	TJCE
12/mar	13h	Visita de alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa de Redenção-CE	TJCE
13/mar	16h	Encerramento da Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Mulher
18/mar	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Professor Martinz De Aguiar	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal Reitor Pedro Teixeira Barroso	TJCE
26/mar	19h	Lançamento do livro “Vida Introspecta – poemas e devaneios” do Desembargador Francisco Bezerra Cavalcante	ESMEC
27/mar	14h	Palestra sobre o Novo CPC com Ministro Bruno Dantas – TCU, Fredie Didier, Min. Napoleão Nunes Maia e Dr. Juvêncio Vasconcelos	ESMEC
31/mar	10h	Palestra – Gestão por Resultados e Competências – Resultados	Auditório Dom Aloísio Lorscheider

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

	14h30min	Palestra de Magistrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio José Bezerra de Menezes	Escola

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 39: Eventos de abril

Data	Hora	Evento	Local
01/abr	11h	Assinatura dos Convênios do Projeto Aprendizes da Liberdade e Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Sala de Convivência
07/abr	9h	Reunião Audiência de Custódia	Pleno Aquário
	9h	Visita de alunos da EEFM Mário Hugo Cidrack	TJCE
	14h	Visita de alunos da EEFM Caic Raimundo Gomes de Carvalho	TJCE
08/abr	10h	Reunião da Presidente com todos os Desembargadores	Restaurante dos Desembargadores
	16h	Solenidade de Posse da Desembargadora Lisete de Sousa Gadelha – CEJAI e da Desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes – CIJ	Hall 1º andar
09/abr	10h	Reunião da Presidente com todos os Magistrados da Capital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
10/abr	10h	Reunião da Equipe Técnica do TJCE com todos os Servidores do TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
11/abr	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macedo)
14/abr	8h	Visita de alunos da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	TJCE
	9h	Reunião da Desembargadora Lisete – CEJAI com responsáveis por abrigos	Aquário
22/abr	8h30	Visita de Alunos da EM Colônia Z-8	TJCE
	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício da Desembargadora Iracema Vale	Capela TJCE
	14h30min	Visita de alunos da EM Dom Aloísio Lorscheider	TJCE
23/abr	14h30min	Palestra de Magistrado na EM Dom Fragoso	Escola (Av. Francisco Sá, 7945)
24/abr	14h30	Palestra de Magistrado na EEFM Dr. César Cals	Escola (Av. Dom. Olímpio, 1800)

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 40: Eventos de maio

Data	Hora	Evento	Local
08/mai	10h	Solenidade em homenagem às mães do Poder Judiciário cearense	Hall 1º andar
11/mai	11h	Palestra do Dr. Vitor Valin pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	11h	Reunião da CEJAI - Projeto OLA	Sala de Convivência
12/mai	12h	Culto em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Hall 1º andar
	12h	Missa em ação de graças pelo Dia das Mães	Capela Nossa Sra. de Fátima
	15h	Assinatura de Convênio de ressocialização de apenados com a SEJUS	Sala Presidência
14/mai	10h	Palestra da Dra. Clarissa Nobre pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h	Palestra pessoal do UNICEF pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

19/mai	15h	Solenidade de lançamento do Selo de Responsabilidade Judiciária	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória
20/mai	Dia Todo	Dia de Valorização do 1º Grau	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 a 29/mai	9h30min às 12h	Curso de Licitação	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
26/mai	17h	Solenidade de Posse das Juízas de Direito Lígia Andrade de Alencar Magalhães e Lira Ramos de Oliveira como Desembargadoras	Pleno TJCE
29/mai	10h	Entrega dos Selos Precatórios	

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 41: Eventos de junho

Data	Hora	Evento	Local
01/jun	10h	Palestra "Clima e Água"	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Assinatura de Convênio com Secretário de Segurança Pública	Sala Presidência
03/jun	10h	Assinatura do Convênio Justiça Restaurativa com a presença da Vice-Governadora	Sala Presidência
11/jun	10h	Apresentação do CORAL do TJCE em Homenagem ao Dia dos Namorados	Andar térreo
12/jun	16h	Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
29/jun	10h	Apresentação do Coral do TJCE e grupo de forró pé de serra de Guaiuba em homenagem às festas juninas	Hall 1º andar
30/jun	14h	Reunião Dra. Graça Quental	Aquário

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 42: Eventos de julho

Data	Hora	Evento	Local
06/jul	9h30	Palestra "Desafios da Execução Estratégica"	Auditório Dom Aloísio
10/jul	9h	1ª Audiência Pública do Poder Judiciário	Memorial Padre Cícero – Juazeiro do Norte
10/jul	10h30min	Audiência de Custódia	Aquário
14/jul	19h	Abertura do Curso de Direitos Humanos	Esmec
31/jul	16h	Solenidade em Homenagem aos Comandantes do Exército Brasileiro	Fórum das Turmas Recursais

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 43: Eventos de agosto

Data	Hora	Evento	Local
03/ago	10h	Solenidade de Abertura da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Fórum Clóvis Beviláqua
07/ago	8h às 18h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	ESMEC
	16h	Encerramento da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
08/ago	8h às 12h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	ESMEC

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

	13h às 18h	I Conferência Socioambiental dos Três Poderes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
13/ago	13h30min	Posse de Juiz de Direito Saulo Belfort Simões	Pleno
14/ago	15h	Reunião SETIN	Aquário
18/ago	13h30min	Palestra SEPLAG	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
21/ago	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua ao Min. Ricardo Lewandowski	Auditório Pleno
	10h40min	Audiência de Custódia com Min. Ricardo Lewandowski	Aquário
	8h às 18h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	ESMEC
22/ago	8h às 12h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	ESMEC
26/ago	14h	Palestra "Mediação de Conflitos e o Sistema de Justiça: Novos Rumos" com Professoras Mestras Lilian Sales e Alexandra Cartes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
27/ago	16h	Posse do Magistrado Heráclito Vieira de Sousa Neto como Desembargador	Pleno TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 44: Eventos de setembro

Data	Hora	Evento	Local
01/set	10h	5ª Reunião de Gestores de Precatórios	Aquário
02/set	12h	Ato Ecumênico em Ação de Graças pelas Debutantes	Hall 1º andar
11/set	20h	Baile de Debutante	Clube dos Magistrados
15/set	10h	Palestra sobre AVC com o Neurocirurgião Flávio Leitão Filho	Dom Aloísio Lorscheider
18/set	14h	Solenidade em Comemoração aos 20 anos da JECC	ESMEC
25/set	10h	Visita da Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça – Evento Governança Fiscal	Centro de Eventos

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 45: Eventos de outubro

Data	Hora	Evento	Local
01/out	12h	Missa em Ação de Graças por Santa Terezinha	Hall 1º andar
09/out	14h	Palestra	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
13/out	10h	Palestra com Dr. Luis Gonzaga Porto sobre Câncer de Mama	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Reunião da SEFIN com Cartorários da Capital e Região Metropolitana e seus fornecedores de Selo Extrajudicial Digital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
14/out	10h	Palestra sobre síndrome do esgotamento profissional	Restaurante dos Desembargadores
19/out	9h	Café da manhã com Deputados da Bancada Federal	Restaurante dos Desembargadores
22/out	9h	Palestra sobre segurança no trânsito	Restaurante dos Desembargadores
27/out	9h	Palestra sobre câncer de mama	Fórum Clóvis Beviláqua
27/out	14h	Palestra sobre assessoria de corrida	Auditório Aquário

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

28/out	10h	Ato ecumênico em homenagem ao dia do servidor público	Hall 1º andar
28/out	15h	Solenidade de aposição de fotos na galeria de ex-ouvidores do TJCE	Ouvidoria TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 46: Eventos de novembro

Data	Hora	Evento	Local
10/nov	10h	Solenidade comemorativa de 20 anos do Coral do TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23/nov	9h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
26/nov	19h	Abertura do Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social "Diálogos pela paz: Segurança com cidadania"	ESMEC
27/nov	16h	Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 47: Serviços de Floricultura

Data	Evento	Local
16/jan	Velório da Sra. Hilne Costa Lima Rodrigues, mãe do Dr. Luciano	Velório
30/jan	Posse dos novos dirigentes no biênio 2015-2017	TJCE
06/fev	Posse do Diretor do Fórum	Fórum Clóvis Bevilaqua
11/fev	Posse do Diretor da ESMEC	Esmec
02/mar	Velório da Sr. Rdo. Nonato Soares , pai da Desembargadora Helena Lucia	Velório
06/mar	Visita da Ministra Cármen Lúcia	TJCE
06/mar	Reunião com a Ministra Nancy Andrigh	TJCE
06/mar	Velório da Sra. Maria Hermilia Albuquerque leite	Velório
23/mar	Velório do Desembargador Lincoln Tavares Dantas	Velório
08/abr	Velório do Sr. José Martins Filho	Velório
08/abr	Posse da Desembargadora Lisete e Desembargadora Vilauba na CEJAI e CIJ	TJCE
11/abr	Páscoa dos Magistrados	Recanto Uirapuru
05/mar	Encontro Nacional dos Ouvidores	TJCE
29/abr	Velório do Sr. Sinval Benevides Moraes, irmão do Desembargador Abelardo	Velório
08/mai	Homenagem ao Dia das Mães do TJCE	TJCE
19/mai	Lançamento do Selo de Responsabilidade Social	TJCE
06/mai	Posse da Desambargadoras Ligia e Lira	TJCE
09/jun	Velório do Dep. Wellington Landim	Velório
11/jul	Velório da Sra. Terezinha David Soares, mãe da Desembargadora Helena Lucia	Velório
10/jul	Velório da sra. Mìª Herondina Fontenele Bessa, mãe do Juiz Luiz Bessa	Velório
21/jul	Velório da Sra. Júlia Costa Vieira, mâe do Desembargador Jucid Peixoto	Velório

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

07/ago	Curso de Capacitação dos Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
27/ago	Posse do Desembargador Heráclito Vieira	TJCE
21/ago	Visita do Ministro Ricardo Lewandowski	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 48: Serviços de Sonorização

Data	Evento	Local
30/jan	Posse dos Novos Dirigentes para o Biênio 2015-2017	TJCE
10/dez	Natal do Poder Judiciário	TJCE
17/dez	Obliteração do selo dos 140 anos do TJCE	TJCE
18/dez	Lançamento do Livro do Conselho Editorial do TJCE	TJCE
30/jan	Posse dos novos dirigentes para o Biênio 2015-2017	TJCE
06/fev	Posse do Diretor do Fórum	TJCE
02/fev	Posse do Corregedor	CORREGEDORIA
11/fev	Posse do Diretor da ESMEC	ESMEC
23/fev	Capacitação	TJCE
06/mar	Abertura das Comemorações do dia Internacional da Mulher	TJCE
27/fev	I Ciclo de palestra	ESMEC
08/abr	Posse das Desembargadoras Lisete e Vilauba na CEJAI e CIJ.	TJCE
08/mai	Homenagem ao Dia das Mães	TJCE
19/mai	Selo de Responsabilidade Social Contribuição Justiça cearense	TJCE
26/mai	Posse das Desas. Lígia e Lira	TJCE
03/jul	Palestra " Desafios da Execução Estratégica"	TJCE
14 a 17/jul	Filmagem do Curso de Direitos Humanos	ESMEC
21/ago	Visita do Ministro Ricardo Lewandowski	TJCE
27/ago	Posse do Desembargador Heráclito Vieira	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 49: Serviços de Buffet

Data	Evento	Local
08/jan	*Coffee break* dezembro 2014	TJCE
08/jan	Coquetel obliteração do selo 140 anos do TJCE	TJCE
30/jan	Coquetel posse dos novos dirigentes 2015-2017	TJCE
15/jan	*Coffee break* pleno extra dia 15/01/2015	TJCE
03/fev	*Coffee break* janeiro 2015	TJCE
06/fev	Coquetel posse do diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	FÓRUM
11/fev	Coquetel posse do diretor da Esmec	ESMEC
04/mar	*Coffee break* fevereiro 2015	TJCE
04/mar	*Coffee break* pleno extra dias 05 e 26 de fevereiro	TJCE
05 e 06/mar	*Coffee break* I Encontro dos Ouvidores	TJCE

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

05 e 06/mar	Almoços I Encontro dos Ouvidores	TJCE
31/mar	*Coffee break* março 2015	TJCE
31/mar	*Coffee break* pleno extra dia 26/03/2015	TJCE
31/mar	*Coffee break* dia 23/03/2015	TJCE
31/mar	Coquetel dia 26/03/2015 lançamento do livro	ESMEC
08/abr	Coquetel CEJAI	TJCE
08/abr	Coquetel restaurante dos desembargadores	TJCE
07/abr	Almoço reunião audiência de custódia – CNJ	TJCE
31/mar	*Coffee break* abril 2015	TJCE
26/mai	Coquetel das Desembargadoras Ligia Andrade e Lira Ramos	TJCE
29/mai	*Coffee break* maio 2015	TJCE
07 e 21/mar	Plenos extras dias 07 e 21/05/2015	TJCE
30/jun	*Coffee break* junho 2015	TJCE
11/jun	*Coffee* pleno extra dia 11 de junho de 2015	TJCE
31/jul	*Coffee break* julho 2015	TJCE
29/jul	Almoço reunião da presidente com os desembaradores	TJCE
12/ago	*Coffee* I Conferência Socioambiental dos Três Poderes	TJCE
21/ago	*Coffee* visita do ministro Ricardo Lewandowski	TJCE
27/ago	Coquetel posse do Desembargador Heráclito Vieira	TJCE
31/ago e 01/set	5ª Reunião de trabalho dos gestores de precatórios	TJCE
07 e 21/ago	1º Curso de direito da infância e juventude	TJCE
28/ago	*Coffee break* agosto 2015	TJCE
18/set	*Coffee break* na ESMEC no dia 18/09/2015	ESMEC
24/set a 02/out	Almoço casual (multirão de negociação fiscal)	C.EVENTOS
30/set	*Coffee break* setembro 2015	TJCE
19/out	*Coffee break* para os deputados federais	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 50: Serviços de Passagens

Periodo	Objetivo	Destino
08 a 10 de fevereiro	Reunião com a Exma. Ministra Corregedora Nancy Andrighi	Brasília
08 a 10 de fevereiro	Assessorar a Desembargadora Iracema Vale na reunião com a Exma. Ministra Corregedora Nancy Andrighi	Brasília
10 a 13 de fevereiro	Encontro Nacional de Precatórios e ministrar palestra com o tema: "Sequestro no regime Especial. Uso do BACENJUD"	São Paulo
08 a 10 de fevereiro	Acompanhar a capacitação dos multiplicadores das ferramentas e metodologias desenvolvidas para a execução do projeto que trata do mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, estágio probatório e ascensão funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense	Juazeiro do Norte
26 de fevereiro	Recolher armas de fogo e munições em Mossoró – RN	Mossoró
22 e 23 de fevereiro	Encontro com diretores e coordenadores de Escolas Judiciais e de Magistratura	Brasília

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

09 de março	Cerimônia de sanção da Lei do Feminicídio	Brasília
12 e 13 de março	102º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça	Belo Horizonte
08 e 09 de março	Reunião de trabalho de Gestores de Precatórios	Vitória- ES
25 a 28 de março	68º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – ENCOGE	Teresina
07 e 08 de abril	Curso de capacitação para aplicação das diretrizes pedagógicas	Recife
07 a 09 de abril	Reunião do comitê do PJe da Justiça Militar dos Estados , do Distrito Federal e dos Estados	Brasília
08 a 10 de abril	Tratar do programa "Redescobrindo os Juizados Especiais"	Brasília
22 e 23 de abril	Instrução do processo administrativo disciplinar nº 8500798-51.2014.8.06.0026	Juazeiro do Norte
15 a 19 de abril	19ª Reunião do conselho das autoridades centrais brasileiras	Salvador
12 a 17 de abril	Treinamento de fluxo de negócio e de infraestrutura do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE	Brasília
26 a 30 de abril	Seminário Nacional "As contratações públicas do Poder Judiciário"	São Paulo
21 a 24 de abril	Curso de Formação de Formadores	Brasília
07 a 09 de maio	XXXIX COPEDEM	Goiânia
06 a 08 de maio	Encontro "Panorama da Educação a Distância na Formação dos Magistrados Brasileiros"	Brasília
05 a 07 de maio	1ª reunião preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário em conjunto com a 1ª reunião da rede de priorização do Primeiro Grau de Jurisdição	Brasília
11 e 12 de maio	Reunião de trabalho à Campanha Justiça pela paz em casa, com a Ministra Carmen Lúcia	Brasília
13 a 15 de maio	Realizar audiência instrutória do PAD n° 8500798-51.2014.8.06.0016	Juazeiro do Norte
26 a 28 de maio	*Workshop* Nacional dos GMFs : uma visão inovadora para a execução penal	Brasília
27 a 30 de maio	XXXVII FONAJE	Florianópolis
19 a 23 de maio	Reunião prévia dos gestores estaduais, no TJRS	Porto Alegre
27 a 30 de maio	Reunião de trabalho de gestores SAJ	São Paulo
27 e 28 de maio	3ª Reunião ordinária do Fórum Nacional de Precatórios	Brasília
27 a 29 de maio	Reunião do Comitê Gestor do PJe dos Estados	Brasília
01 a 03 de junho	Curso "Laboratório de Aprimoramento Docente – estudo de caso como método pedagógico de ensino"	Natal
15 e 16 de junho	Solenidade de Posse do Prof. Dr. Luiz Edson Fachin no cargo de Ministro do STF	Brasília
15 de junho	Solenidade de Posse do Dr. Cid Marconi Gurgel de Souza, no cargo de Desembargador Federal do TRF	Recife
17 a 20 de junho	11º Edição do Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça	Belo Horizonte
15 a 17 de junho	*Workshop* sobre Precatórios no PJe	Brasília
16 a 18 de junho	Realizar visita ténica ao TJSP	São Paulo
21 e 22 de junho	Reunião na Corregedoria Nacional de Justiça	Brasília
25 e 26 de junho	Reunião de trabalho com a Presidência do Colégio de	Belém

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

	Presidentes	
29 de junho a 01 de julho	Reunião com a Exma. Ministra Carmen Lucia e com o Conselho de Reitores para tratarem de assuntos de interesse do Judiciário	Brasília
15 a 17 de julho	Mutirão fiscal do Estado do Pernambuco	Recife
09 a 12 de julho	1ª Audiência Pública do Poder Judiciário cearense	Juazeiro do Norte
21 a 24 de julho	Curso de Introdução à Justiça Restaurativa	Brasília
30 de julho a 01 de agosto	XL COPEDEM	Belo Horizonte
04 a 06 de agosto	II Encontro Nacional do PJe: um novo CPC e o PJe	Brasília
05 a 06 de agosto	Quarta Reunião ordinária do Comitê Nacional do Fórum Nacional de Precatórios – FONAPREC	Brasília
07 de agosto	Abertura do ciclo de palestras em homenagem ao bicentenário da Comarca do Crato	Juazeiro do Norte
09 a 11 de agosto	IX Jornada da Lei Maria da Penha	São Paulo
16 a 18 de agosto	Participar da realização de audiência para oitiva de testemunhas , referente ao processo administrativo nº 8502194-63.2014.8.06.0026	Juazeiro do Norte
18 e 19 de agosto	12ª Reunião Ordinária da Secretaria Nacional do Consumidor com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	São Luís
19 a 21 de agosto	Seminário Internacional sobre violência de gênero e feminicídio	Rio de Janeiro
21 de agosto	Ciclo de palestras na Comarca do Crato	Juazeiro do Norte
24 a 26 de agosto	II Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual	Natal
26 a 28 de agosto	Seminário – O Poder Judiciário e o novo Processo Civil	Brasília
01 e 02 de setembro	Reunião com o corpo diretivo da Faculdade Leão Sampaio, com vistas a possibilitar a implantação de um anexo do Juizado Especial da Comarca de Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte
26 a 28 de agosto	69º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – ENCOGE	Rio de Janeiro
14 a 16 de outubro	Ministrar treinamento para servidores da Comarca de Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte
15 a 17 de setembro	II Reunião preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário	Brasília
21 de setembro	Audiência pública convocada pelo Ministro Gilmar Mendes	Brasília
22 de setembro	Reunião de trabalho com a Diretoria Executiva da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios	São Paulo
23 de setembro	Entrega do prêmio ao Judiciário cearense referente ao projeto RECONSTRUIR	Salvador
30 de setembro a 02 de outubro	I Encontro de Ouvidores do Colégio Permanente de Ouvidores Judiciais	Porto Alegre
15 a 17 de outubro	XLI COPEDEM	Rio de Janeiro
19 a 21 de outubro	Tratar de assuntos de interesse deste Judiciário	Brasília
22 e 23 de outubro	2º Encontro do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação – FONAMEC	São Paulo
23 de Outubro	105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça	Rio de Janeiro

Fonte: Assessoria de Cerimonial

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

11. VICE-PRESIDÊNCIA

O presente relatório reúne informações detalhadas sobre os trabalhos desenvolvidos pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, na gestão do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, durante o ano de 2015.

Além de conferir publicidade às ações desenvolvidas pela Vice-Presidência, apresenta os dados estatísticos relativos aos feitos de sua competência, em cuja senda estão inclusos os juízos de admissibilidade dos recursos extremos, os quais são compartilhados com a Presidência do Tribunal; os feitos relativos à distribuição e à redistribuição de processos; a apreciação de pedidos de providências urgentes, dentre os quais se encontram as liminares em *habeas corpus*, agravos de instrumento e a análise de cautelares para concessão de efeitos suspensivos; dentre outras competências, nos termos da Portaria nº. 358/2011.

Diversos esforços foram e estão sendo empreendidos com o desiderato de avançar na gestão dos processos físicos e virtuais com viso à melhoria qualitativa e quantitativa da prestação jurisdicional.

Por oportuno, registre-se o compromisso da Vice-Presidência para com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim como para com os jurisdicionados e a sociedade em geral, de desempenhar a missão de garantir direitos para realizar a justiça, tendo como visão norteadora ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça.

A seguir, serão apresentados os dados relativos às atividades desenvolvidas por este Órgão diretivo no período em tela.

11.1 Estatística Processual

11.1.1 Procedimentos Administrativos

O Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes atuou em 2015 como relator de um total de 43 procedimentos administrativos no Conselho da Magistratura.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

11.1.2 Processos Distribuídos, Redistribuídos e Transferidos

Durante o ano de 2015, nesta Corte de Justiça, foram distribuídos/redistribuídos 32.960 processos e 11.450 foram transferidos.

11.1.3 Processos Analisados

No decorrer do exercício de 2015, foram analisados 6.577 processos, tendo sido proferidos 2.642 juízos prévios de admissibilidade de recursos constitucionais; 670 decisões diversas; e, ainda, 3.265 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. Abaixo, segue o detalhamento dos presentes dados:

Tabela 51: Processos Analisados pela Vice-Presidência

Processos Analisados	Quantidade
Recursos Especiais	1.665
Recursos Extraordinários	661
Recurosos Ordinários	316
Decisões Diversas	670
Despachos de Mero Expediente	3.265

Fonte: Vice-Presidência

Constatou-se, ainda, que do universo de 1.665 Recursos Especiais analisados, houve 89 admitidos, significando, portanto, que apenas pouco mais de 5% dos apelos seguiram diretamente para análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Menor admissibilidade se verificou na seara dos Recursos Extraordinários, com apenas 14 admissões de um total de 591, equivalendo a pouco mais de 2% de apelos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF). Reduzido índice se justifica pela natureza restrita do Recurso Extraordinário que tem dentre seus requisitos a existência da repercussão geral, além de reclamar um prequestionamento dos dispositivos constitucionais alegadamente transgredidos, não se conhecendo de matéria disciplinada pela legislação infraconstitucional, quando é apenas reflexa a violação porventura existente.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

11.1.4 Processos com Pedido de Providências Urgentes

Nos termos do art. 39, §10º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foram apreciados 185 pedidos de providências urgentes em *Habeas Corpus*, Agravos de Instrumento, Mandados de Segurança. Analisou-se, ainda, 10 cautelares intentadas no efeito de atribuir efeito suspensivo aos recursos extremos. A seguir, apresenta-se quadro pormenorizado:

Tabela 52: Processos com Pedido de Providência Urgente

Processo	Quantidade
Habeas Corpus	170
Agravo de Instrumento	4
Mandado de Segurança	1
Cautelares	10

Fonte: Vice-Presidência

No que concerne ao índice de agilidade na apreciação de medidas de urgência, vale a pena consignar que o prazo de 05 dias úteis vem sendo observado com bastante rigor, atingindo o percentual de 100%.

Destarte, ao mesmo tempo em que a Vice-Presidência presta contas de suas atribuições, renova o compromisso de sempre buscar o nível de excelência e otimização no desempenho da sua função.

11.2 Ações e projetos

11.2.1 Metodologia Interna de Trabalho – Portaria nº 01, DJE em 06 de fevereiro de 2015

Quando da assunção da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará pela atual gestão, vislumbrou-se como ponto fulcral da unidade a existência de um expressivo acervo processual, razão pela qual envidou-se esforços na busca pela solução desse panorama complexo.

No primeiro dia de exercício, em 02 de fevereiro de 2015, constatou-se a existência de um acervo que ascendia a 9.220 processos digitais e 164 processos físicos, englobando feitos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.
696

judiciais com fito ao exame de admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais, bem como a análise de processos administrativos.

Nesse diapasão, no uso de suas atribuições previstas no art. 31 do Regimento Interno desta Corte de Justiça, o Vice-Presidente resolveu, mediante a Portaria nº 1, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 06 de fevereiro de 2015, dispor sobre a estruturação e organização do Gabinete da Vice-Presidência, estabelecendo um regime inaugural de trabalho e dando outras providências, dentre as quais a constituição de uma força-tarefa integrada por assessores e servidores, dividida em equipes, com intercambiamento de competências, visando à racionalização das atividades judiciais e administrativas de competência originária do setor.

Disciplinou-se, na oportunidade, a forma de atendimento aos jurisdicionados e aos procuradores judiciais, como também determinou-se que os processos serão analisados em obediência ao critério da antiguidade da conclusão, excetuando-se os casos que haja determinação pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça de exame urgencial; as ações repetitivas, assim identificadas; os processos que gozam de tramitação preferencial (idosos e portadores de doença grave), prevista no art. 1.211-A do Código de Processo Civil vigente, com a redação dada pela Lei nº 12.008/2009.

11.2.2 Celeridade na tramitação do Agravo do art. 544 do CPC – Portaria nº 2.112, DJE em 16 de setembro de 2015.

Com o fito de celerizar a tramitação dos Agravos interpostos em face de decisão denegatória de Recurso Especial e Extraordinário à superior instância e diminuir o fluxo de processos na Vice-Presidência, foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 16 de setembro de 2015 a Portaria nº 2.112, dispondo que, nesses casos, interposto o recurso, a Secretaria Judiciária providenciará a intimação do agravado para oferecer resposta no prazo de 10 dias e, após, com ou sem manifestação da parte, os autos serão, de imediato, remetidos à Superior Instância com os cumprimentos de estilo, sem necessidade de conclusão à Presidência ou à Vice-Presidência desta Corte de Justiça.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

11.2.3 Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – NURER

Em 31 de março de 2015 foi instituído, mediante a Portaria nº 740/2015, o NURER – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em consonância com a Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – encarregado do gerenciamento do acervo dos recursos decorrentes dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

O núcleo é vinculado à Vice-Presidência e composto pelo Secretário Judiciário, um servidor da Vice-Presidência, um servidor das Turmas Recursais dos Juizados Especiais e um servidor do Tribunal de Justiça, todos supervisionados pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência (Resolução nº 02/2013 e Portaria nº 2082/2015).

Dentre as funções relacionadas ao NURER tem-se a identificação, catalogação e atualização dos recursos representativos de controvérsias, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compila, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que possam ser criados para possibilitar o gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos.

O NURER tem por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral ou recurso repetitivo, como forma de obstar o número excessivo de demandas e recursos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça e contribuir para a uniformização de procedimentos e melhoria da gestão dos Tribunais.

12 CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Em observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJCE) cuja missão é fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais de 1º grau e notariais prestados à sociedade, é que se apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano de 2015, sob a administração do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva e auxílio dos Juízes Corregedores Auxiliares Dr. Agenor Studart Neto, Dr. Demetrio Saker Neto, Dra. Mirian Porto

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Mota Randal Pompeu, Dr. Ricardo Bruno Fontenelle e Dra. Roberta Ponte Marques Maia, além dos demais servidores que compõem o quadro da Corregedoria e Gabinete do Desembargador.

O documento traz as informações detalhadas das atividades administrativas realizadas por este órgão no período de fevereiro a novembro de 2015 e divulga os resultados alcançados com o empenho e a seriedade da equipe.

Pautando-se em valores institucionais imprescindíveis ao exercício da função de fiscalização, disciplina e orientação administrativa da Justiça de 1º grau e dos serviços notariais e de registros, a Corregedoria-Geral da Justiça envidou os esforços para cumprir seus objetivos institucionais e contribuir com o fortalecimento e eficiência do Poder Judiciário estadual e os serviços das serventias extrajudiciais, no que lhe compete.

12.1 Ações e Projetos

12.1.1 Implantação do Selo Digital

Com o objetivo de promover maior agilidade, transparência, segurança na autenticação e validação de documentos e melhor controle acerca da utilização dos selos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), a Corregedoria-Geral da Justiça, em parceria com a Secretaria de Finanças (SEFIN) e com a Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN), vem realizando as ações de implantação do selo digital nas serventias extrajudiciais do Estado. A nova ferramenta permitirá uma economia anual para os cofres públicos do Poder Judiciário de aproximadamente R$ 835.000,00.

12.1.2 Inclusão do "QR Code" da nova tabela de emolumentos

A Corregedoria apresentou, no início do ano, a nova tabela de emolumentos, disponível nas versões física e *on-line*. A principal novidade é a inclusão do "*QR Code*", um código bidimensional impresso no documento, que permite a leitura digital da tabela por meio de um aplicativo no celular. A versão *on-line* se encontra disponível no portal da Corregedoria na *internet* (www.tjce.jus.br/corregedoria). A versão física foi entregue, em março, aos 678 cartórios ativos no Estado do Ceará.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

12.1.3 Manual de Procedimentos Internos

O Corregedor-Geral da Justiça, por meio da Portaria nº 58, de 01 de setembro de 2015, instituiu grupo de trabalho para elaborar e implementar Manual de Rotinas no âmbito da CGJCE. A elaboração do Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará foi prevista como uma das ações prioritárias para o setor quando da realização dos estudos para instituição do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O objetivo do documento é conferir maior eficiência operacional e efetividade às ações prestadas, por meio da racionalização e padronização das rotinas e procedimentos internos. A sua conclusão e implementação se encontra prevista para o início do ano de 2016.

12.1.4 Monitoramento da taxa de congestionamento por unidade

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, estabeleceu que a Corregedoria-Geral da Justiça é responsável pela gestão das metas institucionais relacionadas à taxa de congestionamento no 1º Grau e nos Juizados Especiais. Em ação seguinte, no dia 07 de outubro de 2015, foi implantado o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, competindo a esta Casa Censora as seguintes ações: seleção das Comarcas do interior do Estado que terão servidores convocados para participar dos treinamentos presenciais previstos no programa (importa destacar que, nos meses de outubro e novembro, foram convocados servidores de 100 diferentes Comarcas, participantes de todas as Zonas Judiciárias, realizados 09 treinamentos no Estado, sempre com a presença de servidores da Corregedoria); seleção e priorização das unidades que seriam contempladas com a atuação do Grupo de Descongestionamento da Comarca de Fortaleza; e Coordenação do Mutirão de Baixas Processuais ocorrido no período de 3 a 13 de novembro de 2015.

12.1.5 Reativação processual

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 2398, de 22 de outubro de 2015, regulamentou a utilização da movimentação de reativação processual nos sistemas informatizados do Poder Judiciário estadual. Em consonância com o artigo 8º da Lei nº

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

15.833/2015, que dispõe sobre a Corregedoria-Geral da Justiça exercer o controle interno sobre a regularidade da função jurisdicional em todo o Estado do Ceará, bem como a fiscalização, disciplina e orientação administrativa, ficou estabelecido que as reativações processuais realizadas pelas secretarias de varas, juizados especiais e secretarias das turmas recursais deverão ser devidamente comunicadas e justificadas a esta Casa, por meio de processo administrativo subscrito por Magistrado. Tais comunicações serão confrontadas com os relatórios mensais enviados pela Secretaria de Tecnologia da Informação à CGJCE.

12.1.6 Elaboração de estudos relacionado à produtividade dos magistrados em respondência

A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará está elaborando relatórios, por meio da Divisão de Correição e Estatística, que versam sobre a produtividade dos Magistrados em respondências nas Comarcas de entrância inicial nos meses de março a junho de 2015. A escolha do tema – Produtividade do Magistrado em Respondência – teve como força motriz a Reforma Administrativa consubstanciada na Lei nº 15.833/2015, que disciplinou no inciso V do artigo 54 a remuneração dos Magistrados pelo "exercício acumulativo de função". Assim, empós a regulamentação da norma, que ocorrerá por meio de Resolução a ser editada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Juiz passará a ser remunerado pelo acúmulo de funções, o que sinaliza uma congruência com a hipótese de respondência. No primeiro relatório foi analisada a influência do tempo de respondência nos resultados da produtividade do Juiz nas Comarcas inciais nos meses de março a junho de 2015, enquanto que no segundo se observou, em relação ao mesmo período e Comarcas, o desempenho do Juiz que respondia por uma, duas, três e quatro unidades judiciárias dentro do mesmo mês.

12.1.7 Justiça Plena

O programa foi lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça, em 23 de novembro de 2010, tendo como objetivo monitorar e dar transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, atualmente, acompanha, sob a coordenação da Juíza Corregedora Auxiliar, Dra. Mirian Porto Mota Randal Pompeu, 24 ações que tramitam no primeiro grau de jurisdição e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Em 10

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

de março de 2015, foi realizada audiência com os Juízes responsáveis pelos processos inscritos no programa, na presença do Coordenador da região Nordeste do Grupo de Trabalho de Controle Regional do CNJ, Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJMA), do Corregedor-Geral da Justiça e da Juíza Corregedora Auxiliar responsável pela coordenação do programa. Nova reunião ocorreu, na sede da Corregedoria, em 05 de outubro de 2015. A finalidade dos encontros foi acompanhar e dar apoio administrativo à gestão desses processos.

12.1.8 Erradicação do sub-registro civil de nascimento

O programa foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 03 de setembro de 2010, possibilitando, assim, que a emissão da certidão de nascimento possa ser feita nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará é responsável pelo acompanhamento do projeto no Estado do Ceará, e tem como Coordenador o Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto. O serviço está disponível nas maternidades de mais de 20 Comarcas do Interior e nas principais da Capital. Em 07 de outubro de 2015, foi realizada visita pelo Juiz Coordenador do programa a unidade interligada instalada no Hospital Geral de Fortaleza. O programa possibilitou, entre o período de 2013 a setembro deste ano, a emissão de 50.266 certidões na capital e no interior do Estado.

12.1.9 Justiça Aberta

O Justiça Aberta trata-se de sistema de consulta que facilita o acesso dos cidadãos a informações sobre a localização de varas cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais. Referido sistema, criado em junho de 2008, é de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará acompanha, sob a coordenação do Juiz Corregedor Auxiliar Agenor Studart Neto, diversos processos que verificam a regularidade do preenchimento dos dados pelas serventias extrajudiciais. Em 12 de junho de 2015, a Corregedoria Nacional de Justiça suspendeu a obrigatoriedade de alimentação por parte dos juízes de 1º e 2º graus - dos dados do sistema Justiça Aberta.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

12.1.10 Pai Presente

O programa foi implantado pela Corregedoria Nacional de Justiça, em 06 de agosto de 2010, tendo como objetivo estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro. A Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará é responsável pelo acompanhamento do projeto no Estado do Ceará, e tem como Coordenador o Juiz Corregedor Auxiliar Ricardo Bruno Fontenelle. O Pai Presente possibilitou, no Estado do Ceará, até o início do segundo semestre de 2015, 5.440 reconhecimentos voluntários de paternidade e 603 por meio de exames de DNA. Atualmente, o programa funciona em todos os municípios do Estado.

12.1.11 Banco Nacional de Mandados de Prisão

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 1574, de 13 de julho de 2015, instituiu grupo de trabalho para implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP). Dentre os membros consta a participação do Juiz Corregedor Auxiliar Agenor Studart Neto. A finalidade do sistema, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, é facilitar o conhecimento de qualquer pessoa e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juízes no exercício de sua jurisdição.

12.1.12 Integra

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 1169, de 20 de maio de 2015, instituiu grupo de trabalho interdisciplinar do Poder Judiciário para as atividades do programa. Dentre os membros, consta a participação do Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto. O objetivo da proposta é aperfeiçoar a integração de informações do sistema de Justiça Criminal entre o Poder Judiciário, a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Poder Executivo estadual.

12.1.13 Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE 2015-2020

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 1375/2015, dentre outras determinações, designou a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará como unidade

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

gestora das seguintes metas estratégicas: Indicador 07 (Índice de extinção de punibilidade pela prescrição); Indicador 08 (Índice de audiências realizadas) e Índice 14 (Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ para a área criminal). Na oportunidade, o Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto foi designado como integrante do Comitê Estratégico. É importante registrar que o Magistrado vem participando das reuniões e ações relacionadas ao tema, bem como este Órgão vem acompanhando com a devida atenção o cumprimento dos índices estabelecidos pelo programa.

12.2 Dados de Produtividade

12.2.1 Juízes Corregedores Auxiliares

Nos termos do artigo 16 do RICGJCE, cumpre aos Juízes Corregedores Auxiliares realizar correições gerais, parciais e inspeção nas unidades judiciárias, e os relatórios decorrentes das fiscalizações realizadas. Ainda é de atribuição dos Magistrados apurar denúncias e representações referentes à atuação de Juízes de 1º grau, bem como proceder à instrução das sindicâncias ou de processos administrativos sob suas relatorias, dentre outras competências previstas nos termos legais e regimentais. Durante o ano de 2015, foram inspecionadas 149 unidades judiciárias, seguindo o cronograma pré-estabelecido pela CGJCE, entre as Comarcas da capital e interior do Estado, sendo elaborados 130 relatórios inspecionais. Os Juízes Corregedores Auxiliares proferiram 724 pareceres opinativos e 81 despachos de mero expediente.

12.2.2 Assessoria Jurídica

Nos termos do artigo 31 do RICGJCE, cabe à Assessoria Jurídica o assessoramento técnico-jurídico ao Corregedor-Geral da Justiça nos assuntos que lhe forem atribuídos, confeccionando pareceres sobre questões inerentes à atividade, redigindo também relatórios, informações, minutas de portarias e circulares, esboços de propostas de abertura de processo administrativo disciplinar e projetos de votos. No exercício de 2015, os Assessores Jurídicos da CGJCE, os Assessores do Desembargador e os servidores lotados no gabinete foram responsáveis pela produção de 5.011 documentos submetidos à deliberação do Corregedor-Geral.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

12.2.3 Auditoria

Nos termos do artigo 35 do RICGJCE, compete à Auditoria executar as tarefas de inspeção e correição nas diversas Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará, bem como prestar as informações e esclarecimentos necessários nos procedimentos administrativos que dizem respeito aos serviços notariais. Ainda, cabe à Auditoria, dentre outras atribuições e encargos, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos Cartórios ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERMOJU).

Durante o ano de 2015, foram inspecionados, pela Auditoria, 168 Cartórios, abrangendo as diferentes regiões geográficas do Estado, em observância ao planejamento elaborado pela CGJCE para o corrente ano. Ainda, foram elaboradas 573 Informações, 17 Relatórios de inspeção e encaminhados 241 processos com Despachos.

12.2.4 Secretaria-Geral

Nos termos do artigo 41 do RICGJCE, cumpre à Secretaria-Geral receber, guardar e movimentar todos os autos e papéis encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça; expedir provimentos, circulares portarias, editais, atos, etc., baixados pelo Corregedor-Geral da Justiça. Dentre as principais atividades desenvolvidas, além do atendimento aos juízes, advogados e partes, por meio do atendimento presencial, telefone e por *e-mail*, a Secretaria, durante o ano de 2015, autuou 2.372 procedimentos administrativos; expediu 5404 Despachos/Ofícios; 144 Ofícios Circulares; e 102 Certidões.

12.2.5 Divisão de correições e estatística

12.2.5.1 Atos normativos/documentos publicados e catalogados pela divisão

Tabela 53: Portarias em 2015 (jan a nov)

Portarias (jan a nov/2015)	Quantidade
Sindicância - instaurar	7
PAD - Processo Administrativo Disciplinar instaurar	1

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Sindicância/PAD – Prorrogar prazo para conclusão	25
Sindicância – Reconduzir comissão sindicante	11
Inspeções/correições - realizar	5
Inspeções/correições - alterar	16
Outras	11
TOTAL	**76**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 54: Provimentos em 2015 (jan a nov)

Provimentos – Ementas	Data DJE
- Regula a aplicação do Convênio de Cooperação Técnica nº 185/2014, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	DJE 14/01/2015, pág. 35 à 36
- Altera a Seção VI, do Capítulo V, do Título V, e dá nova redação ao art. 454, ambos do Provimento nº. 08, de 2014, expedido pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará	DJE 15/01/2015, pág 13
- Orienta o preenchimento dos dados estatísticos junto ao Sistema de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria – SGEC, inclui nos formulários Foro Criminal Novo e Infância e Juventude Novo, respectivamente, itens para registro do "Total de sentenças de extinção da punibilidade por prescrição" e "Total das sentenças de prescrição da pretensão socioeducativa", bem como, dá outras providências	DJE 30/01/2015, pag. 30 à 55
- Atualiza o Formulário de Identificação da Vara (FIVA) e o Formulário de Inspeção/Correição - Visita (FICOVI)	DJE 23/02/2014, pág. 37
- Dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de Informações de Protestos – CERINFO	DJE 23/6/2015, pág. 20
- Altera o artigo 333 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral no Estado do Ceará - Provimento nº 08/2014/CGJ-CE	DJE 20/07/2015, pág. 7
- Acrescenta o §1º ao artigo 190 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, relativo à lavratura de registro e emissão de certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde em que ocorra o falecimento e Institutos Médicos Legais	DJE 25/05/2015, pág. 11
- Altera o §1º, §3º e §4º do art. 3º e §1º do art. 5º do Provimento nº 05/2015, que dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de Informações de Protestos – CERINFO	DJe 17/09/15, pág. 12
- Altera o art. 4º do Provimento nº 06/2008, que dispõe sobre a autorização judicial para utilização de cadáveres não reclamados, para efeitos de estudos e pesquisas na forma da Lei 8.501/92	DJe 02/10/2015, pág. 13

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 55: Editais em 2015 (jan a nov)

Editais	Quantidade
Correição	3

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

12.2.5.2 Documentos expedidos pela divisão de correições

Tabela 56: Certidões para juízes em 2015 (jan a nov)

Certidões	Interior	Capital	Total
Fins gerais	4	6	10
Promoção/remoção	267	24	291
Permuta	-	-	-
Acesso desembargador	-	39	39
Substituição de desembargador	-	-	-
Vitaliciedade	42	-	42
Juiz corregedor	-	2	2
Total Geral	**313**	**71**	**384**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 57 - Informações da Divisão de Correições (jan a nov)

Informações da divisão de correições	Quantidade
Em procedimentos administrativos desta CGJCE	11

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

12.2.5.3 Movimento estatístico relativo aos meses de janeiro a outubro/2015

Dentre as atividades da competência da Divisão de Correições e Estatística, consta o recebimento das planilhas estatísticas oriundas das unidades judiciárias, por meio do Sistema SGEC; empós a conferência dos dados recepcionados, são elaborados relatórios mensais utilizados na rotina de expedição de documentos, tais como certidões para magistrados, Relatórios da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e 5 relatórios mensais da estatística forense de 1º Grau, que registram a estatística dos processos e a prestação jurisdicional de Juízes de primeiro grau. Destacamos, a seguir, a resenha da estatística do período:

Tabela 58: Acervo Processual do 1º Grau – 2015 (jan a out)

Variável	Cível	Criminal	Total
Total de Processos da Capital*	622.560	83.861	706.421
Total de Processos do Interior*	555.356	183.805	739.161
Total de Processos	**1.177.916**	**267.666**	**1.445.582**
Total de Precatórias da Capital	5.851	5.177	11.028
Total de Precatórias do Interior	11.086	10.822	21.908

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Total de Precatórias	**16.937**	**15.999**	**32.936**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 59: Prestação Jurisdicional: Sentenças e Precatórias Devolvidas – 2015 (jan a out)

	Sentenças Cíveis	Sentenças Criminais	Total Sentenças	Audiências Cíveis	Audiências Criminais	Total Audiências
Capital	108.614	13.281	121.895	31.027	18.703	49.730
Interior	120.196	41.181	161.377	43.401	35.958	79.359
Total	**228.810**	**54.462**	**283.272**	**74.428**	**54.661**	**129.089**

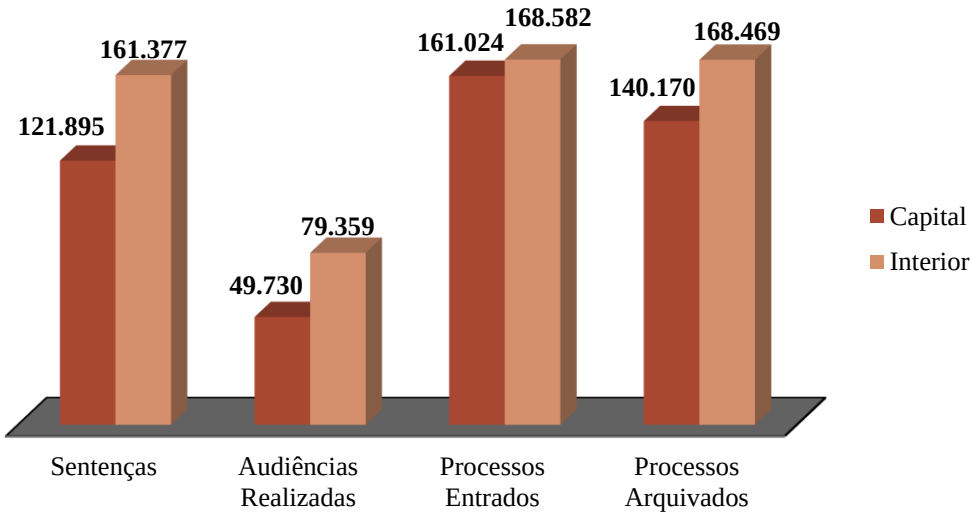
Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 60: Prestação Jurisdicional: Cartas Precatórias – 2015 (jan a out)

	Cartas Precatórias Devolvidas Cíveis	Cartas Precatórias Devolvidas Criminais	Total
Capital	12.748	6.742	19.490
Interior	21.786	22.269	44.055
Total	**34.534**	**29.011**	**63.545**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Gráfico 13 – Prestação Jurisdicional – 1º Grau de Jurisdição (jan a out)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correições-CGJ/CE

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Tabela 61: Prestação Jurisdicional: Despachos – 2015 (jan a out)

	Despachos Cíveis	Despachos Criminais	Total
Capital	359.618	77.451	437.069
Interior	420.492	197.708	618.200
Total	**780.110**	**275.159**	**1.055.269**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 62: Prestação Jurisdicional: Decisões Interlocutórias – 2015 (jan a out)

	Decisões Interlocutórias Cíveis	Decisões Interlocutórias Criminais	Total
Capital	83.811	42.852	126.663
Interior	54.821	54.905	109.726
Total	**138.632**	**97.757**	**236.389**

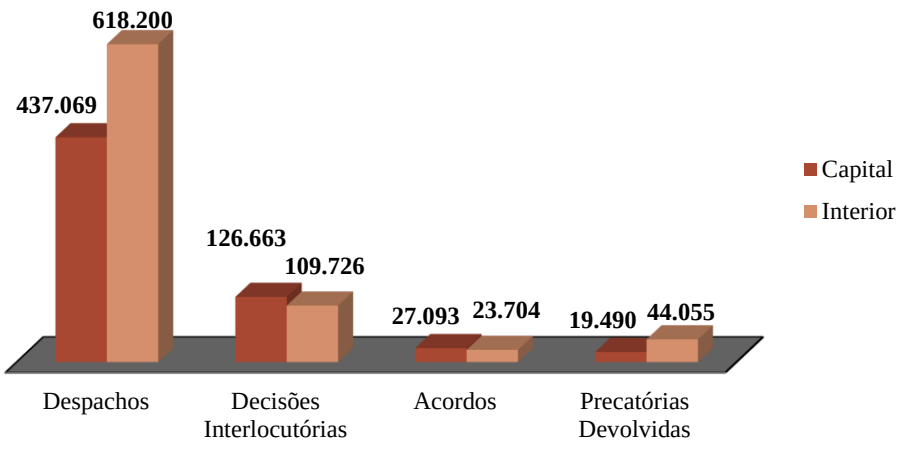
Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 63: Prestação Jurisdicional: Acordos – 2015 (jan a out)

	Acordos Cíveis	Acordos Criminais	Total
Capital	26.188	905	27.093
Interior	20.179	3.525	23.704
Total	**46.367**	**4.430**	**50.797**

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

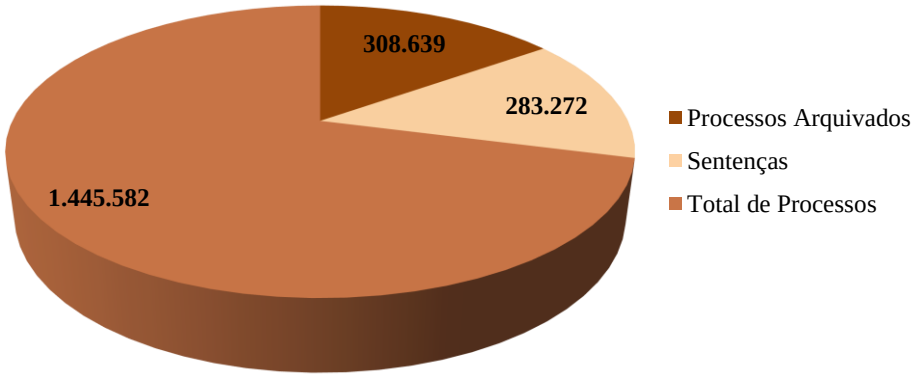
Gráfico 14 – Prestação Jurisdicional – 1º Grau de Jurisdição (jan a out)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correições-CGJ/CE

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

Gráfico 15 – Processos Arquivados/Sentenciados no 1º Grau em 2015 (jan a out)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correições-CGJ/CE

12.3 Outras ações

12.3.1 Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça - ENCOGE

O Corregedor-Geral da Justiça do Ceará, Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, participou dos 69º e 70º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça - ENCOGE. O Juiz Corregedor Auxiliar Ricardo Bruno Fontenelle acompanhou o Desembargador nos encontros, cujo objetivo é discutir o aperfeiçoamento da Justiça.

O 69º ENCOGE se realizou na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2015. Foram discutidos temas relacionados ao meio ambiente e Judiciário; a importância estratégica dos serviços extrajudiciais; mandado de prisão eletrônico; regularização fundiária na perspectiva integrada; Judiciário e opinião pública, entre outros. Também foi debatida a importância de parcerias para o êxito dos projetos do Poder Judiciário e aprofundado o estudo sobre questões da atividade correcional.

Já o 70º Encontro aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, na cidade de Barreirinhas, no Estado do Maranhão. O evento teve como tema “O Futuro da Justiça: perspectivas em um cenário desafiador”. Na oportunidade, os Corregedores apresentaram trabalhos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

desenvolvidos em suas respectivas instituições e debateram assuntos voltados ao gerenciamento nas serventias extrajudiciais. Por último, os gestores, em assembleia geral, definiram a nova Comissão Executiva que terá a missão de dirigir o Colégio no ano de 2016.

O Encontro de Corregedores ocorre em três vezes ao ano, a cada quatro meses, e congrega Corregedores da Justiça de todos os estados. A ideia é promover o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para a melhoria da qualidade e para a prestação mais uniforme dos serviços judiciais em todo o Brasil.

Atualmente, o ENCOGE é uma das mais importantes entidades do Sistema de Justiça, uma vez que reúne representantes de todo Brasil que propõem medidas concretas para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, além da troca de experiências e debates sobre temas que possibilitam a melhoria da prestação do serviço ao cidadão.

12.3.2 Judiciário em Evidência

O Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, participou do "Judiciário em Evidência". O programa foi exibido no dia 08 de agosto de 2015, na TV Assembleia, TV O Povo e TV Fortaleza.

Durante a entrevista, o Corregedor explicou que, entre as ações desenvolvidas pela Corregedoria da Justiça do Ceará estão as correições e as inspeções. O objetivo, segundo ele, é comum: fiscalizar, corrigir e orientar os serviços judiciários, mas existem distinções formais. "A inspeção é um trabalho de fiscalização de atividades corriqueiras. Procura melhorar os serviços junto às secretarias de juízo e aos cartórios", disse. A correição, no entanto, tem abrangência maior e é anunciada por meio de edital. O trabalho pode envolver toda a Comarca ou apenas uma Vara.

Os esforços alcançados durante o período traduzem o comprometimento de toda a equipe da Corregedoria-Geral da Justiça em contribuir com uma prestação de serviço justa e eficaz.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

13. OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, criada pela Resolução nº 23, de 19 de agosto de 2004, tem como atual gestor o Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Gomes de Moura, assumindo suas funções, a partir de 27 de julho do ano corrente, mediante portaria nº 1626/2015, de 22 de julho de 2015.

A Ouvidoria hodiernamente se constitui nos "olhos e ouvidos da sociedade", prestando relevantes serviços no sentido de dirimir ou esclarecer as mais variadas questões no âmbito do Poder Judiciário, garantindo transparência e visibilidade de suas ações, bem como buscando estreitar os laços entre a sociedade e o Tribunal de Justiça no que concerne à otimização da prestação jurisdicional do referido Órgão.

A Ouvidoria não exerce função de caráter punitivo, mas é importante que o usuário se identifique, pois não será dado seguimento a manifestações anônimas.

A Ouvidoria do Poder Judiciário é um canal direto de comunicação entre população e o Poder Judiciário que permite, diante dos mais variados mecanismos, o fácil acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário do Estado do Ceará no tocante a viabilização da prestação dos serviços jurisdicionais, permitindo aos cidadãos a participação no exercício dos seus direitos.

A Ouvidoria passa, portanto, na elaboração de seus trabalhos, a ser o próprio termômetro relativo à eficácia e a eficiência dessa prestação, sendo atuante e operante no que propõe seus objetivos, os quais se destacam: receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes forem dirigidas e, quando cabível, encaminhá-las ao órgão competente; garantir a todos quantos a procurarem, o retorno das providências adotadas a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados, sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas reclamações e sugestões recebidas.

Durante a gestão do Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, de fevereiro a julho deste ano, verificou-se, dentre as demandas, o elevado número de manifestações por *e-mail* e *whatsapp*. Na gestão do atual Ouvidor, as demandas de maior número são as recebidas por *e-mail*, telefone e CPA, conforme a evolução do quadro estatístico comparativo mensal que segue.

Durante esse período, mantiveram contato com a Ouvidoria, um total de 5.138 pessoas. Diante de uma análise comparativa em percentual com relação ao total das manifestações recebidas, verificamos que durante o período em tela, obteve-se 36% de reclamações, 0,2% de sugestões, 0,4%

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

de elogios, 0,03% de crítica, 32,64% de pedidos de informações, 0,4% de denúncias, 25,44% de manifestações diversas e 4,9% de agradecimento.

Tabela 64: Total de Demandas

	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
E-mail	356	513	363	361	346	512	320	340	352	3.463
Carta	0	0	0	0	1	1	1	1	0	4
Pessoal	6	11	12	4	6	2	2	4	7	54
Telefone	12	7	22	101	88	115	143	145	150	699
Whatsapp	0	63	121	134	142	141	106	0	0	691
CPA	0	15	48	29	35	0	0	0	0	127
Total	**374**	**609**	**566**	**629**	**618**	**771**	**572**	**490**	**509**	**-**
Reclamações	139	219	161	412	213	175	167	156	210	1.852
Sugestões	0	1	1	1	3	1	0	0	3	10
Elogios	0	5	1	2	0	7	0	2	2	19
Críticas	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Informações	134	127	246	72	228	308	236	178	148	1.677
Outros	85	215	120	113	141	236	135	138	124	1.307
Denúncia	2	1	2	4	3	4	1	0	4	21
Agradecimento	14	41	35	24	30	40	33	15	18	250
Total	**374**	**609**	**566**	**629**	**618**	**771**	**572**	**490**	**509**	**-**

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Dentre os diversos assuntos abordados, as reclamações dizem respeito geralmente à morosidade relativa ao andamento processual em primeira e segunda instância. No tocante aos pedidos de informação, são evidenciados, dentre outros, a consulta processual, expedição de segunda via de registro cartorário, geralmente certidão de nascimento, custas processuais, valores de custas, expedição de certidões negativas, edital de concurso, endereços cartorários e estágios.

Além do recebimento dessas diversas demandas, a Ouvidoria tem como projeto em andamento, a realização de Audiências Públicas em todo o Estado. As sessões serão realizadas, até o fim da gestão, em todas as 9 Zonas Judiciárias, dentre as quais, a 1ª, 3ª, 7ª e 8ª já foram realizadas nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá, respectivamente.

Atualmente em sua estrutura funcional, a Ouvidoria do Poder Judiciário é composta de um Desembargador Ouvidor, três servidoras do quadro, uma servidora à disposição e uma estagiária, sendo perceptível o comprometimento de todos com a Sociedade por meio do pronto atendimento aos usuários que procuram seus serviços, a fim de amenizar seus conflitos dentro do âmbito do Poder Judiciário.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

14. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

O desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, eleito Diretor da Esmec para o biênio 2015-2017, tomou posse no dia 11/02/15, juntamente com o Coordenador Geral, juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, prometendo fazer uma administração voltada para o diálogo e a parceria, e isso vem rendendo importantes frutos para a Escola da Magistratura, nestes dez primeiros meses de gestão.

Foram assinados convênios de cooperação técnica, objetivando sobretudo a oferta de cursos e eventos diversos, com as seguintes instituições: Justiça Federal, Ministério Público estadual, Escola Superior do MP, Ordem dos Advogados (OAB/CE), Tribunal Regional Eleitoral e sua Escola Judiciária (EJE/TRE-CE), Defensoria Pública do Ceará, Vice-governadoria do Estado, Prefeitura de Fortaleza, Associação Cearense de Magistrados (ACM), Secretaria estadual de Justiça (Sejus), Unifor, Uece e *Terre des hommes*.

Dentro da política de gestão compartilhada, a atual direção da Esmec promoveu, no dia 11/03/15, uma reunião com seus ex-diretores e ex-coordenadores gerais, para troca de experiências. Uma série de sugestões foi apresentada para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos da Escola.

Fruto de uma parceria com a Universidade Estadual do Ceará, e total apoio do TJCE, a Esmec lançou seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP), com 40 vagas destinadas a magistrados e outro profissionais do Direito. As aulas serão iniciadas em fevereiro de 2016.

Depois de cinco anos, a Esmec voltou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*. Foram abertas 180 vagas para os cursos de Especialização em Direito e Processo Constitucional (turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (turma IV) e Processo Penal (turma III). A aula magna foi proferida pelo ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 04/09/15, que falou sobre "A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STJ". Neste mesmo dia, foi lançado o I Fórum Cultural da Esmec, com a apresentação da Camerata da Unifor e exposição de obras de consagrados artistas cearenses, tais como Aldemir Martins, Antonio Bandeira, Barrica e Sérvulo Esmeraldo.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

16.1 Gestão de Pessoas

Como ações realizadas ao longo do ano de 2015 no âmbito da Gestão de Pessoas, destaca-se o seguinte:

i. incentivo à formação continuada de funcionários da Escola, por meio de cursos presenciais ou a distância (EaD) ofertados pela Esmec ou por parceiros;
ii. treinamento de pessoal para utilização do Sesmec;
iii. criação de um ambiente favorável ao desempenho funcional, a partir do atendimento das necessidades materiais (mobiliário, equipamentos de informática, material de expediente etc.) e do apoio gerencial ao corpo funcional.

16.2 Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação

Destaca-se a aquisição de novos equipamentos para o auditório da Escola (mesa de som, amplificador, microfones), que também recebeu nova pintura; aquisição de novo mobiliário para a Assessoria Pedagógica e implantação do sistema de virtualização das rotinas acadêmicas da instituição (Sesmec).

16.3 Comunicação

Dentre as ações de comunicação, merece realce a intensificação do uso de canais de comunicação já existentes, para melhor divulgar as atividades da Escola. Exemplos:

- dinamização do *site* da Instituição;
- maior utilização do sistema de envio de informações (por meio do sistema SMS) para magistrados, fruto da parceria com a ACM;
- disseminação de informações para *e-mail* de magistrados, imprensa e outros públicos, com o objetivo de divulgar para o maior número possível de pessoas as ações da Escola e dar total transparência às atividades desenvolvidas pela atual gestão da Esmec;
- envio constante de informações para a Assessoria de Comunicação Social do TJCE, além de *banner* para *intranet* do Tribunal, divulgando eventos da Escola;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

- criação do Jornal da Esmec, distribuído para magistrados e outros públicos, que teve três edições em 2015.

16.4 Ações e Projetos Setoriais

16.4.1 Cursos de aperfeiçoamento ofertados em 2015

i. Direito da Infância e Juventude – Curso de 30 h/a realizado nos dias 7, 8, 21 e 22 de agosto de 2015, numa iniciativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Ceará (CIJ/TJCE), à frente a desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, contando com a parceria das Secretarias Estaduais do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e de Justiça e Cidadania (Sejus).

ii. Lei Maria da Penha e a Violência Doméstica contra a Mulher – Curso de 30 h/a realizado nos dias 11, 12, 25 e 26 de setembro de 2015, no auditório da Esmec, promoção da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, à frente a desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda.

iii. Curso de Direitos Humanos, da Escola Nacional da Magistratura (ENM) - Realizado de 14 a 17 de julho na Esmec, com 30 vagas, sendo 15 para magistrados indicados pela Esmec e o restante de outros estados do País.

iv. O Novo Processo Civil Brasileiro – Curso em parceria com o prof. Daniel Miranda, ministrado em dois módulos autônomos, de 50 h/a, realizado para duas turmas: uma de março a junho e outra de agosto a dezembro de 2015.

v. Técnica de Interrogatório – curso de 15 h/a, ministrado nos dias 13 e 14 de março de 2015, pelo juiz Antonio Carlos Klein, titular da 4ª Vara do Júri.

vi. Teoria do Direito, com foco na preparação para o Mestrado e Doutorado em Direito da UFC – curso realizado em parceria com a Cathedra Cursos Jurídicos, com uma turma de março a junho de 2015 e outra de agosto a outubro de 2015, ambas com carga horária de 60 h/a.

vii. Fase Postulatória e Intervenção de Terceiros no novo CPC – curso ministrado pelo juiz Alisson do Vale Simeão, nos dias 19, 20, 26 e 27 de junho de 2015.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

viii. Curso intensivo de preparação à seleção do Mestrado e Doutorado em Direito da UFC, realizado pela Esmec durante o mês de julho de 2015, em parceria com o Instituto Pensar Direito (IPD).

ix. Cursos de Mediação e Conciliação do Nupemec – aulas presenciais realizadas na Esmec para turmas de 120 participantes, ocorridas nos dias 20 e 29/06 e 01/07 (primeira turma) e 14 a 16 de outubro (segunda).

x. Mapas mentais – Curso ministrado pelo professor Tadeo Feijão, médico e acupunturista, em duas oportunidades: nos dias 30/05/15 e 29/08/15.

xi. Curso Prático de Direito Tributário – Ministrado nos dias 31/07/15 e 01/08/15, pelo prof. Aleno Oliveira.

Ressalta-se que quase todos os cursos acima descritos são credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

A parceria com a ONG *Terre des hommes* (Tdh) possibilitou realização dos seguintes eventos:

i. *Workshop* "Práticas e enfoque restaurativo no atendimento a adolescentes em conflito com a lei" - Dia 02/06/15.

ii. Encontro Cearense de Justiça Restaurativa, no auditório Esmec - Ambos os eventos contaram com a presença de Victor Herrero, conselheiro da Tdh para a América Latina e consultor do Governo Espanhol - Dia 03/06/15.

iii. Curso sobre Justiça Juvenil Restaurativa, com apoio da Coordenadora da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Dias 16, 17 e 19 de novembro de 2015.

Cursos realizados em parceria com a EJE/TRE-CE:

i. Ações Eleitorais Cíveis e Inelegibilidades - ministrado pelo promotor Édson Resende (40 h/a) - Dias 12, 13, 26 e 27 de junho de 2015.

ii. Os juízes eleitorais e a legitimidade das eleições - ministrado pelo juiz Marcelo Roseno (com 30 h/a) - Dias 27 e 28 de agosto e 10 e 11 de setembro de 2015.

Além dos cursos, o Desembargador Paulo Ponte prestigiou o I Encontro de Direito Eleitoral e Ciência Política, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, por meio de sua Escola Judiciária (EJE), no dia 18/09/15.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

16.4.2 Seminários, Palestras e Fóruns

i. Ciclos de Palestras sobre o Novo CPC - uma realização conjunta da Justiça Federal no Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE), Esmec e Escola Superior do Ministério Público (ESMP), sob a coordenação-geral do professor doutor e advogado Tiago Asfor Rocha Lima:
   - O primeiro ciclo, realizado na Esmec no dia 27/03/15, teve mais de 1.500 pessoas inscritas. Foram palestrantes o ministro Napoleão Nunes Maia (STJ), ministro Bruno Dantas (TCU), jurista Fredie Didier e procurador do Estado, Juvêncio Vasconcelos.
   - O Diretor da Esmec participou do II Ciclo, na Assembleia Legislativa, no dia 08/05/15.
   - O III Ciclo foi iniciado na Esmec, no dia 27/08/15, tendo continuidade no dia 28/08/15, na sede da Justiça Federal no Ceará. O Desembargador Paulo Ponte esteve presente nos dois dias do evento. Durante este Ciclo foi lançado o concurso de artigos jurídicos Prêmio Professor Miramar da Ponte. A Esmec recebeu, até 02/10/15, trabalhos científicos relacionados com o Novo CPC (Lei Federal nº 13.105/2015). Os autores dos três melhores trabalhos receberão certificados, terão seus artigos jurídicos publicados em obra coletiva, ganharão bolsa integral em curso na Fesac e livros jurídicos.

ii. I Congresso Cearense dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Promoção da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Ceará (OAB-CE), por meio da Comissão da Pessoa com Deficiência. Realizado na Esmec nos dias 24 e 25/09/15.

iii. I Encontro "Diálogos pela Paz, Segurança e Cidadania" – Uma iniciativa do Fórum de Reconstrução Social, realizado na Esmec, nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2015.

iv. Autonomia Financeira do Poder Judiciário - Palestra do professor José Maurício Conti (USP) ministrada no dia 11/09/15, promovida pela Associação Cearense de Magistrados (ACM).

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

16.4.3 Lançamento de livros

Foram lançadas as seguintes obras em 2015, no auditório da Esmec:

i. Vida introspecta: poemas e devaneios, do desembargador Francisco Bezerra Cavalcante, com apresentação do Desembargador Durval Aires - Dia 26/03/15.
ii. Um plano desabusado para o sistema prisional, da juíza Maria Marleide Maciel Queiróz, com apresentação do desembargador Paulo Ponte - Dia 06/05/15.
iii. Teoria Geral do Direito Processual Penal: estudo unificado com a doutrina e a jurisprudência do STF e STJ, do promotor de justiça Ionilton Pereira do Vale, com apresentação do desembargador Teodoro Silva Santos - Dia 11/06/15.
iv. Direito à saúde: ativismo judicial, políticas públicas e reserva do possível, da professora Denise dos Santos Vasconcelos Silva, com apresentação do juiz Aluisio Gurgel, Coordenador Geral da Esmec - Dia 13/08/15.

16.4.4 Polos de Aprendizagem

i. Realização de reunião na Esmec, no dia 10/04/15, com os juízes coordenadores dos polos de Crato, Sobral e Iguatu, com o juiz Aluísio Gurgel e com o Assessor Pedagógico Flávio Gonçalves, para o planejamento de cursos (de preferência, credenciados pela Enfam) nos polos em 2015 e pesquisa sobre necessidade de cursos para magistrados e servidores do TJCE, EaD etc.
ii. Crato: foi realizado um ciclo de palestras sobre o novo CPC, entre agosto e novembro de 2015, também como parte das comemorações do bicentenário da comarca de Crato. Ao todo, foram 13 palestras nas áreas de processo civil, processo penal, direito penal e direito público, com participação média de 50 pessoas em cada uma delas.
iii. Iguatu: foi firmado convênio de cooperação com o campus multi-institucional (Uece/Uva e Urca) de Iguatu, no dia 20/07/15, para realização de cursos e eventos em parceria. No dia 22/09 o convênio foi oficialmente instalado, com a oferta da palestra “O Novo Código de Processo Civil”, a cargo do juiz Welithon Mesquita, e o lançamento do livro “Teoria e Filosofia do Direito”, organizado pelo professor

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

doutor Flávio José Moreira Gonçalves, Assessor Pedagógico da Esmec. No dia 28/10, o Polo de Iguatu realizou a palestra "Gestão de Conflitos, Mediação e Conciliação no Sistema de Justiça".

16.4.5 Revista Themis

O periódico científico da Esmec recebeu, durante o primeiro semestre de 2015, artigos a serem selecionados para o volume 13 da Revista (referente ao ano de 2015), que será publicada no início de 2016. Como inovação da atual gestão, a revista passou a receber artigos em fluxo contínuo e a avaliação dos pareceristas obedecerá ao sistema de "duplo cego" (*double blind review*), garantindo dessa forma a maior isenção possível na escolha dos artigos a serem publicados.

16.4.6 Consulta a magistrados e servidores

Numa iniciativa inédita, a Esmec, por meio de um *link* específico em seu *site* na *internet*, procurou ouvir magistrados e servidores do Judiciário sobre os cursos de suas preferências. Entre 31 de março e 30 de abril de 2015, estes públicos puderam escolher os cursos que gostariam de ver ofertados pela Esmec, além de terem respondido a outros questionamentos.

16.4.7 Eventos dos Juizados Especiais

Foram realizadas na Esmec reuniões com juízes e assessores dos Juizados Especiais, sob o comando do desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Coordenador do Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará, nos seguintes dias: 24/04, 22/05, 19/06, 18/09 e 13/11.

Foi realizada, ainda, solenidade de comemoração dos 20 anos da Lei nº 9.099/1995, no dia 18/09/15, e de 2 a 23 de outubro de 2015, o curso de formação para 64 Juízes Leigos, sendo 59 relativos aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECC) e 5 dos Juizados da Fazenda Pública (Jefaz).

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

16.4.8 Realização de provas de juiz substituto

O concurso, que selecionou 70 novos juízes substitutos para o TJCE, teve etapas realizadas na Esmec. Um total de 118 participantes fizeram provas psicotécnicas e orais na Escola, em maio de 2015.

16.4.9 Eventos nacionais de Escolas da Magistratura

16.4.9.1 Enfam: a Esmec marcou presença nos seguintes eventos:

i. Encontro com Diretores e Coordenadores Pedagógicos das escolas judiciais, ocorrido dia 23/02/15, em Brasília, onde o desembargador Paulo Ponte falou de suas metas à frente da Esmec.
ii. Encontro nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados, realizado em Brasília nos dias 3 e 4 de março de 2015.
iii. Curso de Formação de Formadores, de 22 a 24 de abril de 2015, em Brasília. A Esmec esteve representada pelos juízes dos Polos de Aprendizagem de Crato, Sobral e Crateús.
iv. Capacitação de aplicação das novas diretrizes pedagógicas da Enfam, nos dias 7 e 8 de abril de 2015, em Recife (PE).
v. Reunião do Grupo de Trabalho sobre avaliação da Enfam, nos dias 16 e 17 abril de 2015, em Brasília.
vi. Encontro "Panorama da educação a distância na formação dos magistrados brasileiros", nos dias 7 e 8 de maio, em Brasília.
vii. *7th International Conference on the Training of the Judiciary*, realizada em Recife-Pernambuco, de 8 a 12 de novembro de 2015, com a participação do desembargador Paulo Ponte.

16.4.9.2 Copedem: a Esmec esteve presente aos seguintes eventos do Colégio de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura:

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.

i. Seminário Novos Rumos para um crescimento sustentável, realizado de 9 a 12 de abril de 2015,em Mangaratiba (RJ).
ii. XXXIX Copedem, em Caldas Novas (GO), de 7 a 10 de maio de 2015.
iii. XL Copedem, realizado em Ouro Preto (MG) de 30/07 a 01/08 de 2015.
iv. XLI Copedem, no Rio de Janeiro, 15 a 17 de outubro de 2015.

16.4.9.3 ENM: a Esmec participou do curso de Introdução à Justiça Restaurativa, em Brasília, de 22 a 24 de julho de 2015, através do juiz Francisco Jaime Medeiros Neto, da 4ª Vara da Infância e Juventude, que representou o Diretor da Esmec.

16.4.10 Rede de Escolas

Em reunião ocorrida na Escola da Magistratura, no dia 12/08/15, o desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte, Diretor da Esmec foi eleito por aclamação Coordenador Geral da Rede de Escolas de Governo do Ceará, entidade que reúne 12 instituições, para o biênio 2015-2017. Já nos primeiros meses à frente da Rede, o magistrado promoveu palestras e, em conjunto com as demais escolas, elaborou o Plano Estratégico da Rede.

16.5 Responsabilidade socioambiental

A atual direção da Esmec vem desenvolvendo uma série de ações que beneficiam a comunidade de seu entorno e o meio ambiente onde a escola está situada, a saber:

i. Casamento coletivo – realizado na Esmec no dia 13 de novembro, numa ação articulada com o Centro Comunitário de Defesa Social Celina Queiroz, da Comunidade do Dendê, a Corregedoria-Geral de Justiça, o Cartório de Messejana e outras instituições que estão apoiando a iniciativa, como o SENAC (Serviço Nacional do Comércio). Antes da celebração, presidida pelo juiz Aluisio Gurgel do Amaral Júnior, Coordenador Geral da Esmec, os 17 casais ouviram uma breve palestra sobre “Os Deveres Legais dos Casados“.
ii. Plantio de 150 mudas de árvores nativas, realizado no dia 24/06/15, com as presenças dos desembargadores Paulo Ponte e Carlos Alberto Forte; do secretário

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado do Ceara e JOSE JOAQUIM NETO CISNE e ALEX ARAUJO. Data da última assinatura: 02/05/2016 às 14:47:24.
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento e informe o processo 8506228-91.2016.8.06.0000 e o código Q0T6W49M.